

Democracia Socialista

Nesta edição

Lula
livre
memória da
esquerda
legalização
do aborto
luta contra
o golpe
educação

R E V I S T A

Democracia Socialista

SÃO PAULO, SETEMBRO DE 2018

Editores

Joaquim Soriano, Gustavo Codas e
Wagner Romão

Coordenação editorial

Marisa S. Mello

Grupo de trabalho editorial

Clarice Paradise
Claudio Puty
Elmano Freitas
Juarez Guimarães
Marilane Teixeira
Nalu Faria
Raul Pont

Projeto gráfico e diagramação

Caco Bisol

Gráfica

Pigma Gráfica Editora

Tiragem

2.000 exemplares

www.democraciasocialista.org.br

Revista Democracia Socialista

São Paulo, Associação Caetés,

Número 7, setembro de 2018

ISSN 2317-577X

Coordenação Nacional da DS

Afonso Florence
Alexandre da Rocha
Alicia Nelsis
Álvaro Alencar
Ana Carolina Silva
Ana Clara Franco
Ana Claudia Silva
Ana Pimentel Lima
Antônio Carlos
Arlete Sampaio
Balbina Rodrigues
Bernardo Cotrim
Beto Bastos
Bira de Souza
Bruna Rocha
Carlos Pestana
Carlos Henrique Árabe
Cláudia Chanfrin
Claudio Puty
Cledisson Junior
Cristian Ribas
Dandara Tonantzin
Daniel Gaio
Daniela Bonato
Dara Sant'Anna
Edmilton Cerqueira
Eliane Silveira
Elvino Bohn Gass
Eneida Nascimento
Estevão Cruz
Eulália Nascimento
Eutália Barbosa
Fabiola Paulino da Silva
Gabriel Medeiros
Gerusa Bittencourt
Gilmar Machado
Gimenes
Guilherme Barbosa
Gustavo Codas
Henrique Pulga
Herlon Miguel
Iranilde Novaes
Iris de Carvalho

Isolda Dantas
Janeslei Albuquerque
João Grandão
Joaquim Soriano
Jonas Cavalcante
José Raul
Josete Dubiaski
Juarez Guimarães
Karol Cavalcante
Lenilda Lima
Liliane Oliveira
Liliani Nascimento
Lourenço da Silva
Lucio Costa
Luizianne Lins
Marcelo Fragozo
Margarida Salomão
Mariana Jorge
Marina Lehmann
Mario Magno
Marlei Fernandes
Miguel Rosseto
Milton Rezende
Moara Correa Saboia
Nalu Faria
Neivaldo Virgílio
Pepe Vargas
Rafael Freire
Raimundo Ângelo
Raul Pont
Robinson Almeida
Rosalina Amorim
Rosana Sousa
Rosane Silva
Dr. Rosinha
Sofia Cavedon
Stênio Dias
Tatau Godinho
Tica Moreno
Ticiane Studart
Vânio dos Santos
Vera Miranda

SUMÁRIO

5

APRESENTAÇÃO

LUTA CONTRA O GOLPE

9

A LUTA CONTRA O GOLPE, POR LULA E
PELA RETOMADA DA DEMOCRACIA NO BRASIL

WAGNER ROMÃO

17

DA RESISTÊNCIA À LUTA PELA REFUNDAÇÃO
DEMOCRÁTICA DO BRASIL

JUAREZ GUIMARÃES

EDUCAÇÃO

27

A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE GOLPE

GUILHERME BARBOSA

ABORTO

41

ABORTO E MOBILIZAÇÃO POPULAR: APRENDIZADOS
E DESAFIOS A PARTIR DA LUTA DAS MULHERES ARGENTINAS

TICA MORENO E LUIZA MANÇANO

MEMÓRIA

53

A DISSIDÊNCIA/RS E A FUSÃO NO POC

RAUL PONT

POESIA

80

PELAS MÃOS DAS MULHERES

CAMILA PAULA

APRESENTAÇÃO

A eleição de outubro de 2018 não é uma eleição a mais do ciclo democrático iniciado com a promulgação da Constituição de 1988 e a primeira eleição para presidente após o fim da ditadura, em 1989. Nem sequer é tão somente uma eleição de grande importância como foi a de 2002 que, com a vitória da candidatura Lula, mudaria os rumos do país criando condições para sair do ciclo de governos neoliberais e iniciar a aplicação de um programa democrático-popular.

No evento que temos pela frente se decide mais do que quem vai ser o presidente do país e com qual plataforma de governo. O que temos vivido é uma situação em que, sob o manto da democracia, instituições componentes do Estado brasileiro atuam para travar o desejo das maiorias. Nossas organizações políticas e sociais serão capazes de fazer com que prevaleça a vontade popular por um país igualitário e soberano?

Longe do escrutínio popular, setores do Judiciário, do Ministério Público e da Polícia Federal se aliaram à classe po-

lítica mais corrupta e neoliberal e aos meios de comunicação de massas e colocaram na cadeia o candidato que o povo brasileiro quer ver na presidência da República.

O Partido dos Trabalhadores tem feito um duro aprendizado nos últimos anos. O Sexto Congresso consolidou muitas das lições da luta de classes ocorrida desde 2014. E a prisão do Lula deu o ensinamento definitivo, da incompatibilidade deste Estado com a Democracia plena.

Assim, a tática eleitoral da atual campanha não é apenas isso, mas deve ser parte de uma estratégia geral das esquerdas brasileiras para superar os obstáculos que esta democracia – cada vez mais restringida - coloca à soberania popular.

É sobre esse pano de fundo que se desenvolvem os argumentos dos dois primeiros artigos deste número da Revista: em “A luta contra o golpe, por Lula e pela retomada da democracia no Brasil”, Wagner Romão apresenta uma visão sobre a tática necessária neste período. E Juarez Guimarães escreve sobre os principais temas programáticos propostos pela campanha petista em “Da resistência à luta pela refundação democrática do Brasil”.

Um dos terrenos fundamentais da disputa política no período recente tem sido o da educação pública. Trata-se de um direito fundamental que está sob intenso ataque do governo golpista e das forças neoliberais em geral e, além disso, envolve diretamente importantes setores sociais organizados, movimentos de professores e estudantes, que têm tido grande protagonismo político nos últimos anos. Daí que uma visão de conjunto do que está em jogo e sobre como defender os direitos das maiores é fundamental. É o que faz Guilherme Barbosa no artigo “A educação em tempos de golpe”.

A participação das mulheres nas lutas sociais no Brasil e América Latina tem sido historicamente importantes sempre, mesmo que em grande parte das vezes tenha sido invisibilizada pela história e pela ciência política. E desde os anos 1970 o feminismo como corrente político-ideológica tem tido impor-

tante participação em diversos momentos chave nas disputas na sociedade. Mas o que a conjuntura brasileira e latinoamericana tem registrado nos últimos anos é um fenômeno novo. É um feminismo de massas, com forte componente popular e juvenil, capaz de intervir tanto em agendas gerais como nos temas de direitos das mulheres. O evento mais recente desse fenômeno foi a campanha pela legalização do aborto na Argentina que teve impacto em praticamente todos os países da América Latina. Tica Moreno e Luiza Mançano analisam a campanha em “Aborto e mobilização popular: aprendizados e desafios a partir da luta das mulheres argentinas”.

A Democracia Socialista é uma corrente do Partido dos Trabalhadores que se formou ainda em 1979 como herdeira de várias experiências anteriores da esquerda brasileira, entre elas, a do Partido Operário Comunista (POC), fundado em 1968. Com motivo dos cinquenta anos daquele momento Raul Pont organizou um livro: 1968-2018 50 anos do POC. Uma coletânea de textos, dentre os quais um de autoria do próprio Raul, “A Dissidência/RS e a fusão no POC” que reproduzimos aqui. Esse artigo pode ser lido como complemento à entrevista que Raul deu à nossa revista no número 2, de dezembro de 2014.

Finalmente, encerra nossa revista, o poema “Pelas mãos das mulheres” de Camila Paula.

Os Editores

A LUTA CONTRA O GOLPE, POR LULA E PELA RETOMADA DA DEMOCRACIA NO BRASIL

WAGNER ROMÃO

Este artigo pretende ser um diálogo com as Resoluções da XII Conferência Nacional da Democracia Socialista, que foram discutidas em quase todos os estados da federação e tiveram sua redação final a partir da etapa nacional da Conferência, realizada no Sindicato dos Químicos, na Liberdade, em São Paulo, nos dias 1, 2 e 3 de dezembro de 2017.

Não se trata de repassar todas as teses lá elencadas, mas de retomar alguns dos elementos centrais das Resoluções que pretendem ser guia para nossa atuação como corrente política do Partido dos Trabalhadores e também nos movimentos sociais, movimento sindical, coletivos e grupos de toda ordem em que atuamos na sociedade.

A LUTA PELA CANDIDATURA DE LULA

Esta tem sido nossa principal ação, estratégica para o fortalecimento das esquerdas e do PT ante a permanência das

WAGNER ROMÃO é professor de Ciência Política na Unicamp e presidente da Associação dos Docentes da Unicamp (ADunicamp)

políticas neoliberais causadas pelo golpe de 2016. A defesa da candidatura de Lula é uma questão de justiça, além de ser fundamental para que permaneçamos unidos em uma causa de fácil comunicação com o povo brasileiro e também com as esquerdas democráticas pelo mundo. Ela se articula à defesa de um país solidário, humanista, feminista e dos valores da diversidade, da liberdade e do socialismo democrático. É nossa contribuição para o combate ao capitalismo neoliberal no mundo.

Desde janeiro, vivemos a agudização do cenário político no país com a antecipação do julgamento de Lula no Tribunal Regional Federal - 4, em Porto Alegre, sobre o caso do triplex. Sua condenação unânime em 24 de janeiro foi uma das inúmeras demonstrações sobre o quanto o Judiciário permanece atuando como um tribunal de exceção, sobretudo nas instâncias sob influência de Curitiba. Ao arrepio do devido processo jurídico, ampliaram a sentença expedida por Moro, sem provas e apenas com base em delações.

Nossa resistência se iniciara ainda a 20 de dezembro de 2017, com a decisão da Direção Nacional do PT que orientou a criação dos Comitês Populares em Defesa da Democracia e do Direito de Lula ser candidato à Presidência da República. Foi um rastilho de pólvora, algo que se somou com ainda mais força às Caravanas de Lula no final do ano passado. Tratou-se do maior movimento de mobilização do Partido dos últimos anos, com a retomada do caráter espontâneo dos núcleos que movimentaram as bases da militância nos momentos iniciais da vida do PT. Milhares de Comitês foram criados em todo o país, em nossas casas, nos diretórios do Partido e de outros partidos aliados, nos sindicatos, nos movimentos sociais e em organizações da sociedade civil. Militantes antigos, desde há muito afastados da vida partidária, se mobilizaram. A juventude encontrou um espaço para fazer o partido do seu jeito, de maneira criativa e lúdica. Os Comitês mostraram que o PT permanece sendo um partido com enor-

me potencial organizativo e que basta ativar nossa militância para que a resposta venha.

Após a condenação, a defesa de Lula se concentrou sobre o pedido de habeas corpus ao Supremo Tribunal Federal, para a manutenção de sua liberdade até o julgamento dos recursos cabíveis e previstos na Constituição. O placar de 6 x 5, em 4 de abril, decidido apenas após o voto de Carmem Lúcia, presidente do STF, mostraram que o tribunal está dividido e que não é totalmente imune à pressão política que temos feito em defesa da democracia. Importante lembrar que a decisão anterior, pelo acolhimento do pedido do habeas corpus, em 21 de março, também se deu por 6 x 5, naquela ocasião favoravelmente a Lula.

Todos conhecemos os acontecimentos dos dias seguintes. Lula e a militância acorreram ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. O presidente foi cercado por milhares de manifestantes que acompanharam sua decisão final por se entregar ao Judiciário. Estive lá no sábado pela manhã, quando se deu a missa em memória de Dona Marisa e também me emocionei, como todas e todos ali, ante a grandeza do histórico discurso de Lula. Ali se iniciou uma nova fase do movimento de resistência, quando o líder deu a senha:

“não adianta tentar me impedir de andar por este país, porque tem milhões e milhões de boulos, de manuelas, de dilmars rousseffs neste país para andar por mim. Não adianta tentar acabar com as minhas ideias, elas já estão pairando no ar e não tem como prendê-las. Não adianta parar o meu sonho, porque quando eu parar de sonhar, eu sonharei pela cabeça de vocês e pelos sonhos de vocês. Não adianta achar que tudo vai parar o dia que o Lula tiver um enfarte, é bobagem, porque o meu coração baterá pelos corações de vocês, e são milhões de corações. Não adianta eles acharem que vão fazer com que eu pare, eu não pararei porque eu não sou um ser humano, sou uma ideia, uma ideia misturada com a ideia de vocês.”

1. INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - INSTITUTO DA DEMOCRACIA E DA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO. 2018. A Cara da Democracia no Brasil: satisfação com a democracia e conjuntura política no Brasil. Relatório. Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Rio de Janeiro.

O foco da luta passou a ser Curitiba. O acampamento em área próxima à sede da Polícia Federal no Paraná, onde Lula mantém-se até hoje encarcerado, se tornou lugar de encontro de militantes de esquerda de todo o país e da América Latina.

O CENÁRIO NACIONAL E AS ELEIÇÕES

Lula, mesmo encarcerado há mais de quatro meses, permanece sendo o principal personagem do debate político-eleitoral no país.

As eleições se darão em um quadro político e social dramático. Estudo recente¹ indicou que nunca foi tão baixa a resposta positiva à afirmação “A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo” no país, com apenas 56,1%. Também foi medido o apoio a um golpe de Estado: 47,8% dos respondentes consideraram justificável um golpe de Estado diante de muita corrupção, e 53,2% diante de muito crime. Ao mesmo tempo, 47,9% consideram que o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff foi um golpe de Estado.

O golpe abriu uma caixa de Pandora. O que está em jogo nestas eleições é a afirmação da democracia enquanto valor e enquanto projeto para a resolução pacífica dos imensos conflitos que as desigualdades estruturais deste país – desigualdades de renda, de riqueza, de gênero, do preconceito racial etc. – geraram em séculos

Jair Bolsonaro representa o golpismo extremo, a anti-política, o autoritarismo sem peias, o preconceito aberto, a violência na resolução dos conflitos sociais, o rebaixamento da política ao seu aspecto mais vil. Encontra eco na desesperança de parcela expressiva da população que, por um lado, não confia mais no sistema político e, por outro lado, viu-se ameaçada com a expansão dos direitos sociais no período petista

A centro-direita e a direita golpista finalmente encontraram em Alckmin seu candidato preferencial. O MDB co-

locou Meirelles no páreo mas não tardará para embarcar na candidatura tucana. O PSDB apostou na centro-direita fisiológica para garantir o máximo de tempo de rádio e TV e de recursos do fundo eleitoral para sua campanha.

Mesmo em condições fortemente adversas, o PT e Lula souberam manter-se como principal força política da esquerda. A aliança com o PCdoB e a presença da companheira Manuela D'Ávila na chapa majoritária foi importante para a constituição de nossa frente de esquerda e unidade de nossa luta. Também o PSOL e o companheiro Guilherme Boulos têm expressado o repúdio ao golpe, o combate à contrarrevolução neoliberal e a defesa da candidatura de Lula.

A candidatura de Lula força as instituições judiciais ao limite. A pressa em impugnar a decisão soberana do PT e do PCdoB em manter Lula como candidato a presidente explicita que se trata de tratar o caso como mais uma exceção aos prazos e procedimentos cabíveis. Ao mesmo tempo, deixamos evidente nosso respeito democrático e republicano a elas, mesmo quando nos são amplamente desfavoráveis e quando jogam para evitar o ressurgimento pleno de nossa capacidade política. O oligopólio da mídia joga pesado para criminalizar nossas ações. Enquanto isso, mantém-se firme a popularidade de Lula e sua liderança nas pesquisas de intenção de voto.

A defesa da candidatura de Lula implica também colocar em pauta nossa denúncia do golpe e seu programa neoliberal, com apoio à proposta de um referendo revogatório das barbaridades promovidas por Temer, algo que precisa ganhar mais espaço na pauta do PT. Deste modo, mantemos o sentido político mais fundamental para uma frente estratégica das esquerdas (interpartidária e suprapartidária), abrimos diálogo tanto com o setor da sociedade que está sendo atingido fortemente pela agenda golpista - especialmente pela Emenda do Teto de Gastos e pela reforma trabalhista - como também com aqueles que clamam por mais mecanismos de democracia direta.

RECONSTRUIR UM PROJETO POPULAR, DEMOCRÁTICO E SOCIALISTA

O que, afinal, defendemos em torno da candidatura de Lula? Como enfrentar as justas críticas sobre as características conciliatórias que prevaleceram nos nossos governos? Como a atual conjuntura política e o período eleitoral podem nos ajudar a fortalecer a dimensão popular, democrática e socialista de nossa corrente a avançar na luta anticapitalista?

O período eleitoral pós-golpe é o momento de recuperarmos nossa identidade. Muito se falou e se escreveu anos atrás sobre a indistinção entre esquerda e direita. Para isso contribuíram governos liderados por partidos de esquerda que se aliaram a partidos de direita para construção de governabilidade e de políticas distributivas, mas também que tiveram que ceder espaço à confirmação de privilégios dos “de cima”.

Construir governabilidade com base em um programa de esquerda: para isso, precisamos tornar claras nossas intenções. É o primeiro elemento para a conquista de aliados, que não se faça por oportunismo e fisiologismo político. O ponto inicial deste programa deverá ser a recusa ao assalto à democracia patrocinado pelas classes dominantes e os partidos que as representam. A recusa a fazer alianças eleitorais com estes partidos é um elemento crucial para a criação de uma cultura política renovada, em que seja possível diferenciar campos de luta política entre os partidos e o PT possa reforçar sua marca como partido de classe e da luta contra as desigualdades.

Nossa marca deve voltar a ser o debate qualificado sobre a reforma política. Demarcar o terreno, não cair no jogo fácil da reforma pela reforma. Nosso programa sempre foi o de fortalecimento dos partidos, da ideologia partidária, da representação de setores da sociedade dentro de listas fechadas a serem colocadas ao julgamento do eleitorado. Precisamos afirmar a representação das mulheres para valer, criar espaços para o surgimento de novas lideranças negras, indígenas, fe-

ministas, jovens, camponesas, sindicais. Esta deve ser a política estratégica do partido para os próximos embates eleitorais, acima das divergências e disputas entre as tendências.

Precisamos aproveitar o momento de desgaste da democracia para reafirmá-la em bases mais radicais. Retomar a agenda da participação popular não pode ser apenas repetir o que já fizemos - e já fizemos muito com o Orçamento Participativo, as Conferências e toda a nossa luta pé-no-chão. Radicalizar o poder local, melhorar a distribuição dos recursos no território, ampliando a possibilidade da população de direcionar estes recursos. Fomentar a vida comunitária e a tomada de decisões em pequenos coletivos. Ao mesmo tempo, saber aproveitar o que a tecnologia da informação e da comunicação hoje nos proporciona. A intensidade do embate ideológico de hoje ocorre por essa facilidade de encontrar pessoas o tempo todo nas mídias sociais. Qualificar o debate que lá ocorre é também nossa tarefa de militância!

Outro capítulo essencial de um programa para a frente de esquerda é fazer distribuição de renda por meio de uma reforma tributária progressiva e direta. Os tributos no país são concentradores de renda e riqueza, com impostos indiretos sobre o consumo. Não taxamos o latifúndio, não taxamos as grandes fortunas, taxamos muito pouco as heranças se comparados aos países do centro do capitalismo. O Imposto de Renda é descontado na fonte para quem é assalariado, mas o mesmo rigor não se aplica aos outros agentes econômicos. Sobre lucros e dividendos, no Brasil se taxa a empresa, mas os sócios não são tributados. Assim, os ricos que adquirem sua renda do capital - e, portanto, do trabalho assariado da classe trabalhadora - praticamente não pagam impostos. Isso tem que mudar e precisamos estar à frente desta mudança!

A sociedade socialista que sonhamos se faz no dia a dia da luta que incorpora a igualdade de gênero como valor da democracia. Na construção de relações igualitárias no mundo do trabalho, nas empresas, nas universidades, no convívio no

interior das famílias, no ambiente político e societário. Nossas atitudes em defesa da igualdade racial também devem ser firmes, imediatas, enérgicas, assim como em defesa dos direitos LGBT e contra o fundamentalismo religioso.

Por fim, travar luta sem tréguas contra o neoliberalismo, em todas as frentes! O discurso pela diminuição do Estado em nome da eficiência do mercado é o canto da sereia para as classes médias brasileiras e para boa parte da classe trabalhadora. Não percebem o tamanho de nossa desigualdade e a necessidade de um Estado que promova justiça social e equidade. Por um lado, trata-se de retomar o caminho da conscientização política e dos valores da solidariedade social. Uma sociedade mais igualitária é mais humana e harmônica. Por outro lado, trata-se de identificar aqueles setores privilegiados da sociedade e não ter medo de promover mudanças estruturais.

Nosso socialismo democrático deve ser altivo, encorajado, firme em suas convicções e disposto para uma estratégia de luta política que não se perca nos atalhos da conjuntura. Paciência histórica para não perder nossos princípios, aliada à capacidade de articulação política com nossos parceiros de luta, mesmo que com eles mantenhamos divergências. Vencer o golpismo neoliberal e perseverar na construção de uma sociedade socialista e democrática é nossa tarefa!

DA RESISTÊNCIA À LUTA PELA REFUNDAÇÃO DEMOCRÁTICA DO BRASIL

JUAREZ GUIMARÃES

Como expressão dos acúmulos políticos, de consciência e de organização, no enfrentamento da contrarrevolução neoliberal, as eleições de 2018 podem ser o início de um novo ciclo democrático e popular, mais profundo e polarizado, da luta de classes no Brasil.

No período tumultuado e vertiginoso que vai das eleições municipais de 2016 – realizadas logo após o impedimento inconstitucional da presidenta Dilma Rousseff – às eleições presidenciais e gerais de 2018, as esquerdas brasileiras saíram de um contexto absolutamente defensivo da resistência para um outro em que a resistência ao golpe já é capaz de anunciar e disputar uma saída democrática e popular para o país.

A consciência desta passagem está gravada no próprio título do programa através do qual a candidatura Lula propõe a “Soberania nacional e popular na refundação democrática do Brasil”. E pode ser evidenciada no vivo contraste das con-

JUAREZ GUIMARÃES é professor de Ciência Política da UFMG e autor, entre outros livros, de *Democracia e marxismo. Crítica à razão liberal* (Xamã, 1998) e *A esperança crítica* (Scriptum, 2007). Pesquisa principalmente nas áreas de teoria política.

junturas políticas das eleições de 2016 e 2018: nas primeiras, a coalizão golpista ainda vivia o máximo de sua popularidade e ofensividade política diante das esquerdas em luta para não submergir diante da voragem da contrarrevolução neoliberal; hoje, a coalizão golpista vive o máximo de sua impopularidade e as esquerdas buscam o caminho para formar uma maioria eleitoral.

Em uma cena histórica tão aguda de luta de classes, de tal instabilidade e tamanha incerteza, as condições subjetivas dos atores políticos assumem um grande peso definidor. E o grande fato definidor foi que o maior partido da esquerda brasileira, claramente desorientado desde o início do segundo governo Dilma, reconstruiu no fundamental a sua identidade, as suas bases sociais e renovou o sentido histórico de seu programa. É exatamente o encontro desta esquerda, renovada em sua capacidade de formar unidade no campo democrático e popular, com as vontades sociais antagonistas ao golpe, hoje amplamente majoritárias na sociedade brasileira, que pode construir a saída ao golpe.

Em um sentido oposto e complementar, pode-se afirmar que o PSDB, o partido líder da estratégia golpista, sofre hoje a sua maior crise histórica desde a sua fundação. A desmoralização de suas principais lideranças nacionais – FHC, Aécio, Serra e Alckmin –, e a impopularidade de Beto Richa, indicam que o caminho golpista e de ultradireita de seu programa cobram hoje o seu preço.

O 6º Congresso Nacional do PT foi, sem dúvida, o evento político que criou as bases para essa nova dinâmica ofensiva de resistência. Suas resoluções políticas indicaram três vetores fundamentais: o fundamento de uma polarização política central com o governo Temer e a coalizão golpista; a proposição da candidatura Lula à presidência da República como o eixo fundamental de resistência e luta pela superação do golpe; um certo sentido autocrítico e uma consciência de que não seria mais possível retornar a uma

dinâmica de conflito pactuado e regulado com as classes dominantes, como prevaleceu nos governos Lula e Dilma. Embora as fraudes na eleição de delegados tenham amortecido o impacto na renovação das direções partidárias, tem prevalecido na gestão da presidenta Gleisi Hoffman uma clara dinâmica de esquerda.

O primeiro vetor – a manutenção de uma posição antagonista e de polarização com o golpe – certamente contribuiu para acelerar a tomada de consciência do povo brasileiro em oposição ao programa do governo Temer, já visivelmente majoritária desde abril de 2017, para fortalecer a unidade do campo democrático popular, retirando as bases de uma saída conciliatória de centro-esquerda, e para recompor as bases sociais e eleitorais das próprias esquerdas.

O segundo vetor – o eixo central da candidatura Lula à presidência – que iniciou-se com as caravanas ao Nordeste, a Minas Gerais e ao Sul do país, prossegue com o ato de inscrição de Lula como candidato à presidência em Brasília. A vitória provável de Lula em um primeiro turno das eleições presidenciais, previsão para a qual convergem praticamente todas as pesquisas, indicam o sentido vitorioso dessa opção política, que não parou de consolidar e de crescer mesmo com o adiamento de sua condenação, sua prisão ilegal e com a ameaça clara de sua impugnação.

O terceiro vetor expressou-se mais claramente na elaboração de um programa, aprovado por unanimidade pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, que é certamente o mais avançado desde 1989. Ele contém, pelo menos, cinco avanços históricos no programa do partido.

O primeiro item “**Soberania nacional e popular na re-fundação democrática do Brasil**” é importante porque retoma um sentido histórico de democratização e republicanização do Estado brasileiro, suspenso desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. O Brasil retomaria e aprofundaria as dinâmicas de soberania na política externa e de

integração latino-americana. Exatamente para defender as importantes conquistas de liberdades e direitos gravados na Constituição de 1988, profundamente violados pelo golpe, o programa prevê, a partir de uma dinâmica de soberania popular, que pretende culminar em um novo processo constituinte, avançar decididamente na democratização da comunicação, na reforma do sistema político, no controle democrático, na reforma do sistema judiciário e no combate à corrupção e aos privilégios. A implantação de cotas paritárias para mulheres e de quotas proporcionais para etnias, o aprofundamento do sistema de democracia participativa e a alteração da lei para convocação de plebiscitos e referendos vão nesta direção. Pela primeira vez, um programa apresentado pelo PT enfrenta frontalmente o oligopólio empresarial das comunicações, com a Rede Globo no centro.

O segundo item “**Inaugurar um novo período histórico de afirmação de direitos**” procura superar definitivamente uma consciência liberal democrática de doação dos direitos, que estes virão progressivamente pela dinâmica da própria democracia liberal. Eles dependem da democratização do poder e do direito de voz dos trabalhadores, negros, mulheres, índios, LGBTIs. Propõem-se criar uma nova era dos direitos no Brasil, atribuindo-se uma tripla centralidade aos direitos dos trabalhadores, das mulheres e dos negros.

O terceiro item “**Novo pacto federativo na promoção dos direitos sociais**” inova por incidir sobre os impasses e vazios do sistema de políticas públicas, na área da saúde (com um aumento expressivo dos gastos federais e com a oferta estruturada de atendimento de média complexidade no SUS), na educação (com ampla oferta de vagas no ensino médio), na segurança pública (com a federalização e redirecionamento das políticas antidrogas, superando o emprisionamento massivo e a matança de jovens pobres e negros nas periferias), na área urbana (reinserindo o programa Minha Casa Minha Vida em políticas urbanas inovadoras).

O quarto item **“Promover um novo modelo de desenvolvimento”** propõem-se alterar os fundamentos macroeconômicos de regulação da economia no Brasil, com uma reforma tributária progressiva, uma nova orientação para o Banco central (introduzindo a meta do emprego ao lado da meta de inflação, cujos parâmetros seriam reorganizados), uma nova política fiscal, o fortalecimento dos bancos públicos e a forte tributação dos ganhos com altos spreads bancários, no sentido de garantir crédito barato e abundante. Uma programa de emergência seria implantado imediatamente no sentido de enfrentar o problema prioritário do desemprego, do subemprego e da precarização. Um novo pacto do trabalho seria negociado, revogando as leis antitrabalhistas do governo Temer.

Por fim, o quinto item **“Transição ecológica para a nova sociedade do século XXI”** retoma as relações fundamentais do programa histórico do PT com o desafio ecológico. Pode-se afirmar, sem dúvida, que em seu sentido de unidade e em suas múltiplas direções, ele é o programa ecológico mais avançado já aprovado pelas esquerdas brasileiras. Propondo a meta do desmatamento zero da Amazônia até 2022, repondo no centro o desafio da democratização do acesso à terra, elaborando uma política estratégica de agroecologia, de regulação dos bens públicos naturais, de políticas do bem viver e de novos padrões de produção e de consumo, de estratégias de desenvolvimentos territorializados e locais, o programa honra a memória de Chico Mendes e o sentido das políticas de economia solidária de Paul Singer.

DRAMA E ESPERANÇA DO POVO BRASILEIRO

Esta avaliação do quadro político da luta entre a resistência popular e a coalizão golpista nas eleições de 2018 só pode ganhar um sentido realista se inserida no drama social hoje vivido pelo povo brasileiro. Se a crise econômica atual é

decerto a mais grave desde 1930, os seus efeitos são até mais devastadores porque incidem em um contexto de reprodução da vida social profundamente urbanizado, monetarizado, desigual e violento.

A discussão se a economia brasileira vive hoje um ciclo depressivo em forma de U ou V, isto é, se o tempo da depressão será largo antes de uma retomada ou se ele será curto e com retomada forte, deve ceder lugar a uma análise política da crise econômica. Se para a década de noventa Maria da Conceição Tavares diagnosticou um processo de destruição sem criação, ou seja, não schumpeteriano, agora é hora de falar, na linha de Celso Furtado, de uma destruição e predação estrutural dos fundamentos de soberania e do desenvolvimento da economia brasileira.

Apesar de toda a censura da mídia e da escandalosa autoilusão dos economistas neoliberais, que formularam como um jargão nunca demonstrado mas categoricamente afirmado, de que a economia brasileira cresceria 3,5 % em 2018, o Brasil está imerso em sua pior crise em toda a história. A recessão econômica de 3,5 % em 2015, de 3,5 % em 2016, diante delas o pífio crescimento de 1% do PIB em 2017 (em grande medida devido à extraordinária safra agrícola), foi como o breve alento de um moribundo. Ela é a pior crise da história exatamente porque destrói os próprios fundamentos soberanos de uma recuperação em meio a uma agressivo capitalismo financeirizado e predatório.

O programa da contrarrevolução de fundar um Estado neoliberal no Brasil, à diferença do programa da ditadura militar, destrói décadas para trás e visa destruir décadas para a frente. O objetivo da destruição em curso significa, de fato, uma recolonização do Brasil, inserindo-o no caos sistêmico da economia mundial.

São quatro as alavancas combinadas de destruição. A primeira delas é a dinâmica de erosão do mercado interno, no rastro do desemprego, da exclusão, da precarização do mer-

cado de trabalho, do desmonte das políticas de assistência social. A segunda é a destruição dos fundamentos da economia do setor público, que estão sendo ou privatizadas ou sucateadas, como é o caso explosivo da Petrobras. O terceiro é o forte movimento de contenção do crédito e dos continuados e escandalosos spreads praticados pelo oligopólio rentista, seja através da destruição dos bancos públicos, em primeiro lugar do BNDES, mas também da Caixa Econômica e do Banco do Brasil, aumentando qualitativamente a exposição da economia brasileira aos movimentos especulativos dos conglomerados de capitais financeiros. Enfim, a quarta é a desarticulação da política externa independente, que em um mundo cada vez mais submetido a uma agressiva disputa comercial, põe o Brasil inteiramente impotente e vulnerável às agressões comerciais, como no caso da política de sobretaxação do aço posta em prática pelo governo Trump.

A crise da democracia brasileira, fundamento de sua soberania econômica, já movimenta hoje um vasto circuito de destruição, predação e corrupção macroeconômica. Eles formam a base classista do golpe e o seu sentido último. Segundo o IBGE, a taxa de investimento em 2017 (Formação Bruta de Capital Fixo/PIB) ficou em 15,6 %, o pior índice desde o início da série histórica iniciada em 1996. Não se trata apenas da ausência de uma estabilidade de previsões, sem a qual não pode haver uma retomada consistente dos investimentos. Em uma lógica programática de recolonização, na fase atual do capitalismo, até o caos ganha funcionalidade para quem ganha mais com a especulação e não tem mais uma base nacional mas cosmopolita de valorização do capital.

Esse processo devastador de destruição econômica do país poderia ter os seus efeitos parcialmente atenuados por um recrudescimento das políticas de proteção dos direitos sociais e dos direitos do trabalho. Mas o caminho da coalizão golpista, seguindo a razão radical dos neoliberais, é exatamente o inverso: destruir os fundamentos do direito do trabalho

e, como uma guerra de saturação, atacar em todas as frentes as políticas de proteção social.

Por isso, se antes se falou em alavancas de destruição da economia brasileira, aqui é preciso falar em uma verdadeira guerra contra o povo brasileiro. Em nome de uma razão da barbárie – que é a língua política do neoliberalismo – assiste-se a cenas massivas de horror e crueldade. Em uma sociedade tão violentamente desigual, com a quase totalizada da sua população imersa e dependente para sobreviver das relações mercantis, essa política de barbárie equivale a um genocídio.

A destruição das leis dos direitos do trabalho aprovada pelo governo Temer – que obriga até grávidas a trabalharem em locais insalubres - vem funcionalmente desatar as vertentes agressivas de sua exploração e degradação em uma situação na qual a taxa de desemprego aberto, segundo o IBGE, saltou de 6,25 % no final de 2014 a 13,1 % ao final do primeiro trimestre de 2018. Ao fim de 2017, cerca de 26 milhões de trabalhadores estavam subempregados, isto é, desempregados, desalentados ou trabalhando em jornadas de menos de 40 horas contra a própria vontade. Em 2017, pela primeira vez os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e “por conta própria” superaram o emprego formal: já eram 34,3 milhões contra 33,3 milhões. Além de não terem direito ao 13º salário e às férias remuneradas, os trabalhadores sem carteira recebem em geral 44% menos do que os que trabalhavam em empregos formais, segundo a PNAD em fevereiro de 2018. De acordo com o IBGE, em apenas três anos foram perdidos 4 milhões de postos com carteira de trabalho. Pesquisas divulgadas pela PNAD no dia 17 de maio passado, indicavam já 4,6 milhões de desalentados, isto é, trabalhadores que desistiram de procurar emprego e que já nem contam nas estatísticas de desemprego.

Neste cenário de degradação da vida social e de forte expansão da miséria, o governo Temer tem feitos cortes massivos no cadastro de cobertura do Bolsa Família, que prevê

uma bolsa de R\$ 177,71 reais! De julho de 2014 a julho de 2017, 1,5 milhões destas bolsas foram cortadas! E, como bem demonstram as estatísticas do IBGE, são os jovens, as mulheres, os negros, os mais pauperizados as principais vítimas desta engenharia da destruição.

Essa política neoliberal, que deve ser legitimamente acusada de política da morte, já pode fazer o seu cálculo de vidas perdidas. Em 2016, depois de 15 anos de redução, os óbitos entre as crianças de um a cinco anos aumentaram em 11 %, segundo as contas divulgadas pela fundação Abrinq, a partir de informações do Data-SUS, IBGE e outras fontes. Reduções no Programa Rede Cegonha, no Programa Nacional de Alimentação Escolar, no Mais Médicos, no Bolsa Família e também a extinção do programa de Aquisição Alimentar, teriam se combinado para gerar tal efeito catastrófico.

Assim como a degradação econômica, a degradação da vida social está em fase cumulativa e de mudança de patamar. E as leis da barbárie mercantil – a violência, o caos e os fenômenos de catástrofe social – já ocupam a cena angustiada do Brasil, nos anos Lula e Dilma conhecido internacionalmente como a sede de um fenômeno histórico de inclusão social.

ÂNIMA REVOLUCIONÁRIA E REALISMO POLÍTICO

Essa é certamente a disputa eleitoral mais épica de toda a história do PT e, em um sentido mais largo, da esquerda brasileira. As esquerdas vão às eleições com a sua maior liderança histórica presa, impedida de se comunicar ao público e ameaçada de ser impedida de concorrer as eleições. Enquanto companheiros dos movimentos sociais fazem uma greve de fome, os sem-terra organizam colunas em marcha clamando por justiça. Em um festival histórico, Chico e Buarque e Gilberto Gil renovaram para toda uma nova geração o sentido da canção “Cálice”, que compuseram em 1972. A palavra de ordem “Lula livre” anda falada nos bares, nos becos, nas favelas,

nas feiras, nas fábricas, nos campos e já ganhou, decididamente, os ares do mundo.

Esta âni­ma, de po­tên­cia re­vo­lu­cio­ná­ria, pode levar em elei­ções, que fogem aos pa­drões e guardam uma forte impre­visibi­lidade, à vitória de uma candidatura de esquerda nas elei­ções presiden­ciais. Mas seria insensato ignorar os obstácu­los que se interpõem a essa vitória eleitoral possível.

As candidaturas Alckmin, preferencial da coalizão gol­pista, Bolsonaro, de ainda expressiva ressonância social, não podem ser consideradas de antemão derrotadas. Em suas gra­dações de radicalização e violência política, representam po­deres econô­micos, midiáticos, institucionais, internacionais dominantes.

Além disso, no estado de exceção no qual essas elei­ções se realizam, a possibilidade de golpes de mão judiciais, de novos casuísmos e até de fraudes eleitorais não podem ser des­cartados.

E, sobretudo, mesmo uma vitória eleitoral possível das esquerdas não concluirá mas significará apenas o início de uma luta pela refun­dação democrática do Brasil. A posse de um novo governo, sua governabilidade e sua afirmação esta­rão imediatamente em questão.

Por tudo isso, será fundamental que uma ascensão elei­toral das esquerdas brasileiras se apoie cada vez mais em mo­vimentos frentistas de mobilização e de organização pela base. É só essa âni­ma re­vo­lu­cio­ná­ria, realista e com os pés no chão, que pode ir abrindo o caminho para a refun­dação democrá­tica do Brasil.

A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE GOLPE

GUILHERME BARBOSA

A educação pública no Brasil vem sofrendo duros ataques nesses últimos anos. O golpe, desde seu início, deixou muito nítido que o campo educacional seria um dos também principais focos da retomada do projeto neoliberal radicalizado no Estado brasileiro. Desconstroem-na em todos os aspectos, desde a questão estrutural relacionada ao financiamento e ao caráter público, até a própria concepção de educação em seus aspectos ideológicos, políticos e pedagógicos. Para entender o que vivemos na educação brasileira hoje, é fundamental que tenhamos capacidade de análise profunda e crítica sobre quais os fatores possibilitadores desse momento.

GUILHERME BARBOSA é ex-diretor de Políticas Educacionais da UBES, membro titular do FNPE, diretor do DCE-UFT e militante do coletivo Kizomba.

CRISE DO CAPITAL, O GOLPE E A EDUCAÇÃO

O capitalismo neoliberal é incompatível com a democracia, com os direitos sociais e, por isso, com a educação pública no Brasil.

A crise de 2008, síntese da inviabilidade do estado ultrafinanceirizado do capitalismo, impulsionou uma profunda estratégia de rearticulação, pelos países centrais imperialistas, do projeto neoliberal no mundo. A busca pela potencialização máxima das taxas de lucro dos grandes capitalistas frente à crise, aumentou o nível de violência desta ofensiva neoliberal. Golpes de Estado, em suas mais diferentes formas e estratégias, foram armas fatais de desestabilização da América Latina para possibilitar a retomada das rédeas desses países para as mãos dos EUA e dos grandes agiotas internacionais.

No contexto das experiências latino-americanas de governos progressistas, o Brasil construiu um governo pautado por iniciativas anticíclicas e antineoliberais na condução da economia. Por meio de um conjunto expressivo de políticas públicas, ampliou-se a ação do Estado na vida coletiva da população brasileira e, sobretudo, em suas responsabilidades enquanto garantidor de direitos.

O golpe se deu contra esse modelo de condução de Estado protagonizado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pela esquerda brasileira: um Estado maior, garantidor de direitos. O golpe acirrou a luta de classes no país. A burguesia interna e externa já não aceitava conciliar seus interesses de lucro com a ação de governos que garantissem o mínimo de dignidade à classe trabalhadora. Ou seja, tratou-se de um golpe contra um modelo de condução de Estado que entendia que a educação, por exemplo, deveria ser garantida por ele.

FINANCEIRIZAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: O ESTADO A SERVIÇO DAS EMPRESAS EDUCACIONAIS

A questão central do neoliberalismo em suas diretrizes ideológicas fundamentais é a mercantilização máxima da vida e dos direitos. Diminuir radicalmente o Estado para o

povo em matéria de direitos e políticas e aumentar a entrega de riquezas e dinheiro para o mercado financeiro é o que fundamenta a mercantilização dos direitos sociais.

Na lógica neoliberal, o Estado não pode mais assumir qualquer papel de garantidor de direitos e políticas públicas. Direitos, na verdade, seriam transformados em serviços vendidos pela iniciativa privada. A população deve, nesse modelo de Estado, comprar seus direitos como serviços fornecidos pelas empresas, pelo mercado financeiro.

Essa é a ameaça central hoje da radicalização do neoliberalismo no Brasil e no mundo para a Educação Pública. Transformá-la em mercadoria é central para a coalizão golpista no Brasil.

Com o governo golpista e ilegítimo de Temer, vemos a consolidação cada vez mais intensa desse processo. A Emenda Constitucional 95/2016 enterrou muitos sonhos da juventude da classe trabalhadora brasileira na luta pela educação pública. Com ela, o objetivo de refundação do Estado aos moldes liberais ficou escancarado. Congelando os investimentos nas áreas sociais por 20 anos e deslocando a verba para potencializar o pagamento dos juros da dívida pública, a ideia é organizar o Estado brasileiro como financiador do rentismo internacional e desconstruir seu papel de garantidor de direitos e políticas públicas. Nesse sentido, a medida tem uma dimensão extremamente profunda de desconstrução de preceitos fundamentais da Constituição Federal (CF), como a vinculação obrigatória de receitas para as áreas sociais, e de engessamento da política econômica no Brasil. Ora, a EC-95 estabelece uma forma de ajuste fiscal por 20 anos, ou seja, não importa a concepção ideológica e política dos governos, já que terão que seguir a política econômica que a medida estabelece: de austeridade e arrocho nos direitos e nas políticas sociais.

A EC-95 anulou completamente o Plano Nacional de Educação. Qualquer possibilidade de implementação real

do plano e do cumprimento de suas metas foi encerrado por conta do bloqueio de investimentos e aumento do orçamento. A principal meta do PNE, a meta 20 (10% do PIB para a Educação), fica assim no mais distante sonho para a educação pública brasileira.

Além da EC-95, várias medidas de austeridade fiscal de diminuição dos recursos para a educação pública brasileira, tanto superior, quanto básica vem sendo anunciadas com o objetivo de precarização e sucateamento das escolas e universidades brasileiras para a privatização ganhar corpo e legitimidade.

A proposta da antirreforma do Ensino Médio e a Lei 13.415/2017 que a aprovou, junto das minutas de texto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – que possuem o objetivo de “regulamentar”, na perspectiva do currículo, a antirreforma – propostas pelo Ministério da Educação, organizam medidas centrais para a privatização da educação pública brasileira, principalmente a básica.

A estratégia de minimização dos currículos nos Itinerários Formativos proposta pela antirreforma abre, com as diretrizes da BNCC, um leque fatal de possibilidades para as parcerias público-privadas (PPP), um passo para o projeto de privatização. De acordo com o proposto pela BNCC, a parte “flexível” dos currículos (que seriam os itinerários formativos não obrigatórios – ciências humanas, ciências da natureza e educação profissional e técnica) poderá ser oferecida concomitantemente com a parte obrigatória (Matemática e Português) a partir de parcerias e convênios com a iniciativa privada. Ou seja, o estudante, para conseguir também estudar os itinerários “flexíveis”, terá de buscá-los nas escolas privadas ou conveniadas.

Mais escandaloso ainda, a BNCC prevê a possibilidade de que o Itinerário que se refere à educação profissional e técnica possa ser preenchido com diplomas de quaisquer cursos técnicos oferecidos pela iniciativa privada e reconhe-

cidos pelo setor produtivo através da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Os Estados poderão, novamente, fazer uma série de convênios remunerados com o setor privado para desafogar as escolas e jogar os estudantes para fora delas o mais rápido possível. A ideia é, praticamente, instituir uma lógica de crédito de horas no ensino médio, reforçando sua lógica como etapa apenas conclusiva com a terminalidade cada vez mais rápida.

Para piorar a situação, o MEC enviou, em abril de 2018, ao Conselho Nacional de Educação uma minuta de resolução que visa alterar as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCN-EM). A minuta prevê a possibilidade de cumprimento de 40% de todo o currículo regular do ensino médio, tanto a parte flexível, quanto a obrigatória, através da forma Ensino a Distância (EAD). Para as modalidades de Educação de Jovens e Adultos (EJA), a forma EAD poderá consumir 100% do currículo. Ou seja, mais uma estratégia concreta de privatização, já que também poderão ser feitas parcerias público-privadas para oferecimento dos cursos a distância, em prejuízo a milhões de docentes.

O mais interessante de todas essas medidas que organizam a estratégia de privatização da educação para mercantilizar esse direito fundamental é que elas deixam escancarada a estratégia neoliberal: um Estado pequeno para o povo, mas que canalize cada vez mais recursos para a iniciativa privada e mercado financeiro. No caso da educação, o Estado brasileiro financia historicamente a iniciativa privada, fazendo transferências diretas de recursos para esse setor. Essas medidas do governo golpista fortalecem esse processo a cada momento.

Por isso fica cada vez mais visível o parasitismo das corporações educacionais com relação ao Estado. Elas praticamente sobrevivem dos recursos públicos. Um exemplo disso é que mais de 50% da receita da modalidade presencial da Kroton (maior grupo educacional do Brasil) é oriun-

do do FIES, programa de financiamento estudantil. Isso girou em torno de mais de 608 milhões de reais no segundo trimestre de 2017, de acordo com os dados divulgados no *site* da Kroton.

Não é à toa que todo esse cenário de destruição privatista da educação brasileira tenha orientações concretas, é nítido que muitos interesses internacionais do neoliberalismo estão em jogo. A própria implementação da antirreforma do Ensino Médio, por exemplo, está contando com a ajuda e o empenho do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que se dispôs a emprestar ao governo federal 250 milhões de reais a partir deste ano. Esse empréstimo ao governo brasileiro foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e tem uma relação direta com a busca do BIRD por “resultados” na educação brasileira, alinhados com a perspectiva de educação do mercado – bem expressa na antirreforma.

DESTRUIÇÃO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: UMA ESTRATÉGIA PARA DESTRUIR A SOBERANIA NACIONAL

A relação entre o direito à educação e o desenvolvimento do Brasil é outra questão fundamental para o golpe. Para reorganizar o Estado brasileiro a partir de um caráter fundamentalmente liberal é central o entendimento de que deve-se desconstruir a soberania nacional. A conexão desse projeto com o imperialismo e a retomada da hegemonia norte-americana é nítida. Destruir a soberania nacional é critério para entrega do país aos interesses escusos do mercado financeiro.

A educação é uma área imprescindível para a garantia de desenvolvimento e, assim, para o fortalecimento da soberania nacional. São as escolas, as universidades e as pesquisas que, em grande parte, constroem e desenvolvem conheci-

mentos para que se possibilite inovação e desenvolvimento. A soberania nacional é arma frente ao imperialismo e o desejo de dominação das grandes potências. É a alternativa ao subdesenvolvimentismo sistemático que o capitalismo mundial força aos países periféricos.

Por isso essa grande ofensiva. O sucateamento das universidades, diminuição de recursos, precarização e privatizações são o decreto do impedimento do desenvolvimento brasileiro, matando o acesso à pesquisa, inovação e desenvolvimento de tecnologias.

A pesquisa brasileira teve, nesse sentido, prejuízos profundos neste período de consolidação do golpe no Brasil. Em 2017, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) teve um contingenciamento de 44% dos recursos segundo o presidente do CNPq, inviabilizando o pagamento de diversas bolsas de iniciação científica, projetos de pesquisa e programas de desenvolvimento de pesquisa e tecnologia. Além dos cortes no CNPq, o orçamento geral do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações teve cortes de 42% a 44% em 2017, de acordo com matéria da Agência Brasil em agosto daquele ano.

Em 2018 tivemos mais uma ameaça gigante no processo de aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019 (LDO/2019). O governo golpista ameaçou vetar o orçamento integral para educação para o ano de 2019, ameaça que representaria o fim de todas as bolsas para Pós-Graduação no Brasil e, conseqüentemente, o fim do real funcionamento da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e dos programas de iniciação científica.

Esse processo de desconstrução da ciência e tecnologia é fundamental para o neoliberalismo radical no Brasil. Ora, se a ofensiva pela retomada da hegemonia neoliberal no mundo tem como centralidade a manutenção das desigualdades regionais para aumentar ainda mais a concentração de riquezas, o Brasil precisaria necessariamente in-

terromper qualquer processo que pudesse significar alguma possibilidade de superação concreta do subdesenvolvimento e do estigma de um país das *commodities*. A estratégia é organizar um período de diáspora da pesquisa, ciência e tecnologia brasileira para despotencializar nosso desenvolvimento, já que pesquisadores e pesquisadoras não terão condições mínimas de desenvolver ciência para o País.

Sufocando as universidades, a pesquisa e a ciência, esse objetivo se consolida e a soberania nacional brasileira é completamente ameaçada.

NEOCONSERVADORISMO NA EDUCAÇÃO: PROJETO DE SOCIEDADE EM DISPUTA

O espaço educacional sempre foi um espaço de disputa de hegemonia. Apesar das contradições, é um campo que historicamente tem um papel importante na promoção do pensamento crítico e do questionamento.

Além da perspectiva econômica, o neoliberalismo tem uma dimensão na vida coletiva e seu projeto se fortalece na construção de um estado de coisas, corpos e instituições que organizem um modelo de existência para os trabalhadores, forjado nas categorias mais fundamentais da ideologia burguesa.

Como frisamos, o objetivo central do neoliberalismo é mercantilizar nossas vidas, corpos e direitos. Ou seja, toda a vida coletiva é transformada radicalmente numa lógica de mercado, com a aniquilação de qualquer possibilidade de existência mínima de seres coletivos pensantes, questionadores e – nem pensar! – revolucionários.

A coalizão golpista (com presença até mesmo de setores protofascistas), que historicamente desejou, salvo contradições internas dessa própria coalizão, uma lógica de educação alienante, privatista e excludente entendia desde o início o papel fundamental da educação nessa disputa de hegemo-

nia ideológica. Atacá-la em seus aspectos políticos, pedagógicos e ideológicos é fundamental para a consolidação do projeto societário que estão dispostos a construir no Brasil.

As medidas colocadas pelo governo golpista anunciam uma perigosa concepção de educação, com os principais objetivos de impedir a reflexão e o questionamento à ordem social desigual que vivemos e de consolidar uma lógica adaptativa da educação às demandas do mercado de formação de mão de obra pobre e barata. Ou seja, o objetivo da educação será o de produzir mercadorias, com o foco central na perspectiva da educação apenas enquanto construtora do *capital humano*, minimizando radicalmente seu caráter formativo integral dos estudantes enquanto sujeitos históricos e políticos.

A antirreforma do Ensino Médio e a BNCC vêm com medidas pontuais para esse processo. A flexibilização dos currículos, a partir dos itinerários formativos e dos conteúdos obrigatórios e “flexíveis”, além de, por essência, minimizar os currículos, exclui ou diminui a importância de matérias fundamentais para o desenvolvimento psíquico, político-social e cultural dos estudantes, e fixa como prioridade matérias e conteúdos (Português e Matemática) que visam somente a superpotencialização de habilidades para provas e teste externos padronizados.

Além disso, essa fragmentação tem uma dimensão profunda nas escolas. O formato, principalmente por sua orientação para a formação profissional e técnica de baixa qualidade, caminha para um retorno aos tempos em que existiam dois modelos de escola no Brasil, com delimitações de classe, raça e localidade bem definidas. Ora, as escolas públicas, da periferia e que atendem a juventude das camadas mais vulneráveis da classe trabalhadora vão ter acesso apenas aos mínimos curriculares oferecidos pela instituição de ensino, pois que, inclusive, são as escolas que definirão os itinerários que oferecerão de acordo com suas realidades orçamentárias.

Mas o principal objetivo que deve-se desvendar na antirreforma e na BNCC é a fundamentalidade da formação de uma grande massa de mão de obra pouco qualificada, que integrem um grande exército industrial de reserva rendido aos ditames miseráveis desse período do neoliberalismo. Isso tudo para aumentar ainda mais suas taxas de lucro.

Nesse sentido, ainda existe uma questão importante, uma estratégia de “desafogar” o ensino superior público que tanto se expandiu e se popularizou nos governos petistas. Viola-se, assim, o direito dos estudantes pobres de acessarem minimamente os conteúdos e itinerários que são cobrados nas provas para ingresso no Ensino Superior, inviabiliza-se a possibilidade destes de acessarem as universidades, principalmente públicas, e elitiza-se mais uma vez o ensino superior no Brasil.

A existência de setores fascistas nessa coalizão do golpe potencializou o nível de ofensiva obscurantista na educação. O projeto Escola Sem Partido (ESP) é a expressão da radicalidade desses setores com relação à qualquer possibilidade do espaço educacional se configurar como um espaço emancipador, incentivador do questionamento à ordem e formação de sujeitos de transformação da realidade social.

Segundo os defensores do ESP, que fundamenta esse projeto e de forma oportunista confunde a opinião pública, é a máxima de que o espaço escolar não pode ser influenciado por partidos políticos – algo obviamente defendido pelo conjunto da população. Mas, na verdade, essa narrativa é apenas um subterfúgio para ganhar adesão. O objetivo do movimento Escola Sem Partido é, na realidade, a esterilização do debate, do questionamento e da criticidade nas escolas, amordaçando professores/as e estudantes no ambiente de aprendizado. Suas medidas mostram perversidade na construção de um projeto de educação fascista, mercadológico e alienante. Querem uma escola de um partido só, de um partido opressor, autoritário e reproduzidor das mais profundas desigualdades sociais.

No âmbito do Ensino Superior, a disputa ideológica tem sido muito acirrada neste último período. Além do surgimento de grupos organizados que se filiam ao reacionarismo, neoconservadorismo e tangenciam fundamentalmente com a radicalidade neoliberal, como o Movimento Brasil Livre (MBL), a autonomia universitária é atacada de maneira profunda pelo governo golpista, proibindo criação de cursos e projetos de extensão organizadas pela comunidade acadêmica. O exemplo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que sofreu um processo de perseguição deliberada pelo MEC, escancara esse processo vivido nas universidades.

O movimento estudantil, assim como diversos movimentos sociais, também é criminalizado pelos setores neoliberais, desde a própria tentativa de construção de uma narrativa de desconstrução do seu papel, até o próprio cerceamento de liberdade de reunião e de organização.

Os princípios de uma educação emancipadora, democrática e libertária, nesse momento histórico, estão sendo transformados em “doutrinação”, “perigo para a sociedade para a família tradicional”.

NEOLIBERALISMO X DEMOCRACIA

Para tocar a agenda antipopular do neoliberalismo de retirada de direitos, de obscurantismo e de barbárie é fundamental que não existam quaisquer “empecilhos democráticos”.

Nesse sentido, é óbvio que uma profunda agenda antipovo não será apoiada pelo povo. Ou seja, essas medidas não teriam qualquer possibilidade de serem aprovadas em espaços de participação popular e de controle social. Por isso, uma das faces mais fundamentais do neoliberalismo e do governo golpista é a incompatibilidade essencial com os mecanismos de participação na construção do Estado. Ou seja, precisam ser destruídos ou, no mínimo, reconfigurados para garantir maiorias privatistas.

O ataque a esses mecanismos no campo educacional foi fatal e bastante violento. O Conselho Nacional de Educação foi repaginado e aumentou-se a hegemonia do setor privado e do governo nesse espaço.

O Fórum Nacional de Educação, conquista histórica dos movimentos sociais e educacionais e fruto das CONAEs, foi completamente desestruturado. Retirou-se entidades representativas históricas do movimento educacional brasileiro e ampliou-se a presença das organizações do setor privado. Tudo isso para construir uma falsa maioria no Fórum, que se colocava como o espaço mais combativo e de enfrentamento interno durante o golpe, para a aprovação das medidas neoliberais na educação.

AS LUTAS

Para além do cenário de destruição, tivemos muitas lutas nesse último período. A primavera secundarista, as ocupações de escolas e universidades, as greves das centrais sindicais contra a reforma da previdência, a primavera feminista e outras lutas emergentes nos faz ter esperanças na luta contra o neoliberalismo e pela Educação Pública no Brasil.

A tarefa da esquerda socialista e democrática é intensificar e radicalizar essas lutas, porque o que está em ameaça são questões profundas de dimensões estruturais para a nossa sociedade.

A Emenda Constitucional 95, a antirreforma do Ensino Médio, o BNCC e a Escola Sem Partido precisam estar cada vez mais no centro da pauta das lutas das esquerdas brasileiras.

Todo esse período histórico nos traz à luz uma constatação fundamental: o capitalismo neoliberal provou que é incompatível com a democracia, com a garantia de direitos pelo Estado e, conseqüentemente, com o direito humano à educação.

A luta por uma educação pública, gratuita, laica, socialmente referenciada e, principalmente, como direito de todo ser humano é, essencialmente, uma luta anticapitalista

e contra-hegemônica a todas as formas de perpetuação desse sistema produtor de desigualdades e opressões.

Derrotar o golpe e, com ele, todo o projeto internacional de ofensiva do capitalismo neoliberal é tarefa central para a luta concreta pela garantia do direito à educação.

ABORTO E MOBILIZAÇÃO POPULAR: O QUE APRENDER COM A LUTA DAS ARGENTINAS

TICA MORENO E LUIZA MANÇANO

Há meses acompanhamos atentas cada passo da luta pela legalização do aborto na Argentina. Nos solidarizamos ativamente, nos somamos às convocações de *pañuelazos* mundo afora. Compartilhamos as lágrimas e abraços de alegria na votação favorável ao projeto de lei na Câmara, e de indignação com a votação reacionária no Senado argentino - que manteve a clandestinidade do aborto ao barrar o projeto, negando a autonomia das mulheres.

A mobilização gigantesca das argentinas colocou a luta pela legalização do aborto em outro patamar naquele país, e nos inspira a pensar juntas sobre os desafios que enfrentamos para avançar aqui no Brasil. Escrevemos esse texto inspiradas no que aprendemos com nossas *hermanas* e nos debates coletivos sobre a nossa luta pelo direito ao aborto. Nosso objetivo com esse texto é compartilhar esses debates, e mais que isso, convocar o conjunto da militância de-

TICA MORENO e LUIZA MANÇANO são militantes da Marcha Mundial das Mulheres

mocrática e socialista para a defesa ativa e incontornável da justiça social e autonomia das mulheres.

O ABORTO EM UMA SOCIEDADE DESIGUAL

Nosso ponto de partida é a vida concreta, e por isso não discutimos o aborto em abstrato, nem como algo descolado das dinâmicas das relações sociais. Os significados do aborto mudam ao longo do tempo, e estão relacionados com outras dimensões da vida, como a sexualidade e a maternidade, e com as imposições que recaem sobre as mulheres segundo sua raça e sua classe.

Como nós, as argentinas enfrentam uma contraofensiva neoliberal e conservadora que tem tornado a vida material das mulheres mais difícil, com reformas, precarização, aumento das tarifas, endividamento. Por aqui, o golpe aprofunda as desigualdades das relações de classe, raça e gênero que estruturam a nossa sociedade. O acirramento do discurso reacionário, racista e patriarcal se combina à banalização da violência e o controle militarizado dos territórios que convivem com o aumento da criminalização da luta social, do encarceramento da população negra e pobre, e dos ataques à vida de lutadores e lutadoras em todo o país.

O empenho verificado em setores conservadores que atacam a autonomia e a vida das mulheres vem numa crescente, que não começou com o golpe, e se expressa desde o fechamento de clínicas e criminalização de mulheres que realizaram o aborto até projetos de lei que pretendem ampliar as restrições do acesso a esse direito.

Nossa defesa do direito ao aborto é baseada na defesa da autonomia das mulheres, entendida como o controle que todas devem ter sobre suas próprias vidas. Envolve a tomada de decisões, as condições e direitos de coloca-las em prática. Autonomia sem igualdade e justiça social se transforma em uma experiência limitada de poucas mulheres.

A Pesquisa Nacional sobre Aborto realizada em 2016 apontou que uma a cada cinco mulheres aos 40 anos já realizou pelo menos um aborto no Brasil. Essa magnitude evidencia a hipocrisia da nossa legislação (e dos legisladores), pois a proibição do aborto não impede que as mulheres interrompam a gravidez indesejada. E a proibição nessa sociedade racista e desigual faz com que os efeitos dessa hipocrisia sejam mais sentidos no corpo e na vida das mulheres mais pobres, das mulheres negras, das que não chegam a ter acesso a informação sobre como fazer um aborto seguro ou que não tem dinheiro para pagar uma clínica.

Na Argentina, cerca de 350 e 450 mil mulheres abortam a cada ano. Ao escutar as falas de deputadas/os, senadoras/es e figuras públicas daquele país, notamos uma mudança da correlação de forças que extrapola a votação do projeto de lei: cada vez mais são os contrários à legalização que precisam se justificar e dizer porque não respeitam a vida e as decisões das mulheres.

NEM ESPONTÂNEA, NEM RECENTE: UMA LUTA EM CONSTRUÇÃO

A “onda” verde em defesa da legalização do aborto, *mare verde*, como dizem em espanhol, é resultado de muitos anos de luta. Reconhecer e falar sobre essa história é importante porque uma das manobras dos meios de comunicação e das elites é usurpá-la do movimento social.

A Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito, existe desde 2005 e reúne 305 grupos diversos: coletivos, sindicatos, organizações e movimentos. Se organiza em plenárias nacionais e a partir dos Encontros Nacionais de Mulheres – que são autoconvocados e desde 1986 reúnem anualmente milhares de mulheres. Os grupos da Campanha desenvolvem ações distribuídas, autônomas, mas também coordenadas, com o lema “Educação sexual

para decidir, anticoncepcionais para não abortar e aborto legal para não morrer”. Suas ações não se focam apenas no legislativo, apesar de que o projeto pela legalização do aborto foi amplamente discutido e já foi apresentado 7 vezes. Esse ano, quando o Congresso acatou a proposta de debatê-lo, as mulheres participaram intensamente das discussões que aconteceram todas as terças-feiras na Casa, apresentando o resultado de anos de organização, dados, informações, formulações políticas.

A massificação da luta pelo direito ao aborto se soma com o processo do *Ni una menos*, convocado desde 2015 para denunciar os feminicídios e as violências machistas. Se uma das características desses dois processos é que extrapolaram a convocação, indo muito além dos grupos e pessoas envolvidas inicialmente, isso acontece sem negar o impulso: ao contrário, fortalece os posicionamentos políticos bem definidos. Particularmente, destaca-se a grande mobilização de jovens secundaristas que se envolveram ativamente na luta pela legalização do aborto, pautando o debate nas escolas, construindo espaços com militantes feministas de outras gerações. Os registros em imagens mostram ações e sentidos comuns, em uma composição diversa e intergeracional, com presença alta de mulheres trabalhadoras, precarizadas, das periferias, de coletivos LGBT e, o que é muito importante, mobilizadas em todo o país, não apenas na capital.

ENTREATOS: EDUCAÇÃO POPULAR E METODOLOGIAS FEMINISTAS

Nesses tempos acelerados de abundância de imagens e vídeos, quando milhares tomam as ruas, muitos se perguntam qual é a receita, qual é a melhor peça de comunicação. O fetiche pelo “novo” ajuda muito pouco a dar consistência e consequência política necessárias para as lutas por transformação, como é a luta feminista pelo direito ao aborto.

A experiência das argentinas nos diz que, com organização e mobilização popular, fica muito mais difícil ignorar o que exigimos. Escutamos das companheiras sobre o trabalho permanente de educação popular, e a construção que foram tecendo com outras lutas da esquerda. A relação tecida entre a luta pela memória e pelo fim da impunidade, particularmente com as *madres de la Plaza de Mayo*, é exemplar de um acúmulo permanente de convergências e sínteses. Demonstra que uma luta que se mobiliza em torno da “maternidade” é mais do que compatível com a defesa da legalização do aborto, porque têm em comum a defesa intransigente de justiça.

A educação popular é uma estratégia fundamental para a massificação das lutas, e é uma experiência compartilhada dos povos em luta na América Latina. Colocar o debate em todos os cantos em que estamos mobilizadas e inseridas, com oficinas, debates, aulas públicas, teatro, comunicação contrahegemônica, tudo isso se somou no processo de construção da força e massificação da luta pela legalização do aborto na Argentina.

As metodologias feministas de educação popular partem das experiências das mulheres¹. E ao falar das nossas experiências, dos nossos corpos e das nossas histórias, a violência, os conflitos, a gravidez indesejada e o aborto, a maternidade e a sexualidade, o trabalho doméstico, o cuidado, nossa autonomia, desejos e contradições aparecem entrelaçados, porque é assim que se dão na vida das mulheres. Tirar essas experiências do silêncio é politizar, e como há décadas o feminismo tem ensinado, o pessoal é político. A auto-organização das mulheres é uma estratégia fundamental para avançar, por permitir espaços em que as mulheres se sintam seguras e confortáveis para se expressar, sobre temas que não são considerados relevantes em outros espaços da militância, mas também por organizar politicamente a atuação coletiva das mulheres.

1. Para um debate sobre metodologia feminista de formação, ver «La formación feminista como instrumento para a construcción de un abordaje antipatriarcal» de Nalu Faria, publicado pela SOF em 2013

As mulheres argentinas realizaram uma massiva mobilização nas ruas e nos espaços públicos para dialogar com a população do país sobre o aborto e a exigência da legalização. Tomaram a palavra sobre uma questão que é parte de suas vidas, mas que nas comunidades e em muitos espaços da política, não é verbalizado, ou quando é, se verbaliza por discursos anti-direitos das mulheres.

Mas é verdade também que a popularização do debate sobre o aborto explicita as contradições e esbarra no machismo e em visões contrárias a esse direito no seio das organizações populares e da esquerda em geral. Recuperamos aqui um exemplo. Padres militantes das causas populares atuaram publicamente contra a legalização do aborto, e as educadoras populares do mesmo campo político deram a resposta:

Escribimos a compañeros de muchas luchas, a quienes respetamos por su entrega en diferentes causas, y a quienes exigimos que cuando se trata de derechos de las mujeres, no hablen en nuestro nombre. Les exigimos, compañeros, porque ustedes, que han hecho la opción por “los” pobres, no se deciden sin embargo a realizar la opción por “las” pobres, y lo que es más grave, toman nuestra palabra para negar nuestros derechos.

(...) A quienes como curas, pastores, o como delegados papales en los movimientos sociales insisten en descalificar nuestras exigencias, les decimos que la revolución feminista, popular, crece desde abajo, desde las comunidades en las que nos cruzamos todos los días. Esperamos que nos escuchen. Son mujeres las muertas en abortos clandestinos. Si insisten en no escuchar este modo de gritar ni una menos, terminarán perdiendo fuerza sus oraciones y la fe de las mujeres en ellas.

Queremos caminar a la par. No iremos atrás, ni al costado, ni con la cabeza agachada, a luchar por nuestros derechos y nuestros deseos. (Carta das Educadoras Populares)

No Brasil, a ofensiva conservadora tem uma estratégia nacional, com um trabalho de base por meio de igrejas, espalhadas em todos os cantos do país. Tal estratégia se desdobra, ainda, em encontros estaduais desses setores, frentes organizadas nas diferentes esferas do poder legislativo, nas quais apresentam projetos de leis com os mesmos conteúdos e sentidos de restrição do direito ao aborto. Essa estratégia avança sobre parlamentares dos diferentes espectros políticos, inclusive da esquerda, e se utiliza de chantagens nos períodos eleitorais². Fato é que por medo ou convicção, a defesa do direito ao aborto figura cada vez menos nas falas públicas de parlamentares, e é verbalizada por pouquíssimas lideranças dos movimentos sociais.

Tendo o poder legislativo e as igrejas como centros difusores dessa estratégia nacional contra os direitos das mulheres, a fala pública sobre o aborto no Brasil é cada vez mais representada por homens brancos, em geral deputados evangélicos e católicos, padres e pastores. Cada vez menos as mulheres são ouvidas, e as poucas que se expõem são cada vez mais constrangidas, inclusive com ameaças.

A reação patriarcal e o conservadorismo, no tema do aborto, tem significado um aumento da criminalização das mulheres no Brasil: se antes o aborto era crime mas os processos contra as mulheres não iam para a frente, hoje as mulheres estão sendo efetivamente condenadas³. E, ainda, não se pode desprezar as ameaças e agressividade dos conservadores anti-direitos contra as mulheres que lutam pelo direito ao aborto, que cresce junto com a violência contra a militância de esquerda em geral.

ROMPER O SILÊNCIO COM AS VOZES, OS SÍMBOLOS E AS PRÁTICAS

O silêncio imposto ao aborto – como prática e como direito reivindicado - é um dos mecanismos de manutenção

2. BIROLI, Flávia; MARIANO, Rayani; MIGUEL, Luis Felipe. "O debate sobre aborto na Câmara dos Deputados, de 1990 a 2014". In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe (Orgs) Aborto e democracia. São Paulo: Alameda, 2016.3. Levantamento realizado pela SOF Sempreviva Organização Feminista com base na Lei de Acesso a Informação, disponível em www.sof.org.br

e reforço da proibição social e legal do aborto. Falar sobre o aborto pública e politicamente é uma estratégia para enfrentar a discriminação e a criminalização.

Na Argentina, enquanto o projeto era discutido no Congresso, as mulheres organizaram manifestações que ficaram conhecidas como *pañuelazos*: o ato de erguer seus lenços verdes, símbolo da campanha pela legalização do aborto, para reafirmar esta luta, tão antiga quanto urgente para as mulheres em todos os países onde esse direito ainda não foi reconhecido legalmente.

Mulheres de todas as idades, muitas jovens principalmente, andam com seus lenços verdes pendurados no pescoço, nas mochilas, nas bolsas. Um ato individual que representa uma posição política coletiva: estar “identificadas” para defender a autonomia dos seus próprios corpos, para defender a vida e a saúde das mulheres. Uma forma de expressar a defesa de um direito negado, no sentido contrário à forma como o aborto é tratado - entre muitos cochichos, em voz baixa, clandestinamente.

O que expressam nas ruas é: as mulheres abortam (eu aborto, tu abortas, somos todas clandestinas), todos os dias, com comprimidos ou em clínicas e queremos que o Estado reconheça o aborto como um direito, que o Estado assegure não só que as mulheres não sejam criminalizadas, mas que garanta que possam fazer abortos nos hospitais públicos, com acompanhamento médico, que as mulheres tenham acesso à informação e medicamentos seguros.

A defesa da legalização do aborto está totalmente entrelaçada à defesa da saúde pública como direito. Uma estratégia na Argentina, nesse sentido, é a conformação de uma rede de profissionais de saúde comprometidos com o direito ao aborto. Realizam o aborto em serviços públicos de saúde, respaldadas por uma interpretação jurídica do direito ao aborto em caso de risco para a saúde da mulheres. É uma prática corajosa, que além de garantir concretamente os direitos de mulhe-

res que chegam ao serviço, contribui para mudar a perspectiva de onde se fala sobre o aborto. Contribui, portanto, para o que tem se chamado de “descriminalização social do aborto”. O acesso à informação e o acompanhamento das mulheres que abortam também é uma estratégia que contribui para isso. As *Socorristas en Red*, por exemplo, já acompanharam mais de 12 mil mulheres, e falam abertamente sobre como o aborto acontece, apoiam mulheres que abortam e constroem em cada município relações com profissionais de saúde do serviço público para que atendam as mulheres com respeito e dignidade.

Descriminalizar, sem garantir o direito integrado à política pública de saúde, mantém restrito o acesso, libera e organiza um mercado significativo para as empresas farmacêuticas transnacionais que produzem o medicamento. Na Argentina, está colocado o debate sobre a produção do misoprostol por um laboratório público, na província de Santa Fé.

Por isso a descriminalização não basta, a luta é para legalizar o aborto. Apenas descriminalizar, sem legalizar, mantém a estrutura – no Brasil e na Argentina - de acesso desigual ao exercício desse direito, ao qual as que têm dinheiro, informações e recursos de forma geral, têm mais facilidade. Já os riscos são distribuídos desigualmente conforme a raça, a classe, e marcadamente no Brasil, pela região.

ARTICULAR AS LUTAS, CONSTRUIR ALIANÇAS

No dia 11 de junho, na manifestação do *Ni una menos*, na Argentina, a palavra de ordem exigia: “Vivas, livres e desindividuas nos queremos”. Uma palavra de ordem que conecta as pautas históricas das mulheres na América Latina, o aborto e o fim do feminicídio, com a atual conjuntura do país, com o avanço do projeto neoliberal, o retorno do FMI, dizendo não à política econômica do presidente Macri.

A mobilização das argentinas nos ensina que não há conjuntura “adequada” para defender a legalização do aborto, como ouvimos sempre dos companheiros homens (e de algumas mulheres), para quem há sempre outra luta mais importante para acontecer. Ao contrário do que muitos afirmam, na Argentina, a votação na câmara favorável ao projeto não representou uma “cortina de fumaça” para as outras tantas aprovações que prejudicam a vida das mulheres e de toda a população. No Brasil, assim como na Argentina, no período dos governos de esquerda a agenda do direito ao aborto não avançou e por vezes foi interdita.

Mesmo que a votação do senado argentino tenha barrado o projeto de legalização do aborto, a mobilização massiva, forte e intensa de milhares de mulheres colocou essa luta em outro patamar. Está mais do que explícito que o aborto é uma prática envolta em hipocrisia, injustiça e desigualdade; que sua proibição mobiliza discursos e práticas misóginas de controle do corpo, da sexualidade e da vida das mulheres. É evidente nos discursos conservadores contra o aborto, o reforço de um ideal de família heteronormativo baseado na divisão sexual do trabalho, do julgamento moral sobre a sexualidade das mulheres e, enfim, da negação da autonomia das mulheres. Mas essa visão também está muito enraizada na sociedade brasileira como um todo.

A experiência das argentinas, olhada em seu conjunto, nos permite fazer um balanço crítico sobre as estratégias de luta pelo aborto no Brasil. Esse balanço implica questionar visões de que é possível aprovar o direito ao aborto sem discutir muito, com estratégias que prescindem da força das mulheres trabalhadoras e dos setores populares.

No campo do feminismo que construímos, o desafio é a articulação permanente da centralidade da defesa da autonomia das mulheres com uma estratégia que se guie pela ampla mobilização. A busca por ampliar o direito ao aborto – e alcançar sua legalização – por meios legislativos e jurídi-

cos sem uma massificação da discussão desde as mulheres dos movimentos populares, é limitada não apenas para garantir a correlação de forças necessária para a legalização, como também para garantir que o direito ao aborto – uma vez legalizado – seja de fato implementado no serviço público de saúde e que se alterem as representações sociais misóginas sobre ele.

A questão do aborto precisa ser mais politizada, e não pode ser reduzida a uma experiência individual como se fosse desvinculada de processos coletivos e sociais. Mais do que a afirmação de discursos feministas *“meu corpo, eu que decido”*, compreendemos a necessidade de se reforçar processos amplos de formação e educação popular que pautem essas questões a partir do feminismo, da afirmação da justiça e da autonomia das mulheres, que reconheça as relações de poder e enfrente as contradições vivenciadas pelas mulheres no cotidiano das batalhas para que o corpo/vida sejam de fato seus.

A luta pelo direito ao aborto, em tempos de golpe, mais uma vez coloca o desafio de articular essa reivindicação com a disputa mais geral em curso na sociedade, sobretudo para recuperar a democracia. Em alguma medida, as conexões entre a agenda feminista e o conjunto da luta social são mais evidentes hoje, já que o acirramento dos discursos e práticas reacionárias têm bases explicitamente racistas e patriarcais. A solidariedade dos movimentos sociais e organizações de esquerda com as lutas feministas e anti-racistas precisa se traduzir em compromisso e ações concretas.

Especialmente por ser um momento de intenso debate sobre os rumos da esquerda, afirmamos que o feminismo, a autonomia e a liberdade precisam ser para todas as mulheres. Esse pressuposto é central para as alianças pela legalização do aborto, mas também para qualquer projeto que afirme um horizonte de justiça e igualdade, democrático e socialista, e para quem luta por ele.

A DISSIDÊNCIA/RS E A FUSÃO NO POC

RAUL PONT

O Partido Operário Comunista foi fundado em abril de 1968, em um Congresso de delegados de vários estados na Praia Grande, em São Paulo. O Partido surgia de um processo de fusão de dois grupos políticos pré-existentes, a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (POLOP) e a Dissidência Leninista do PCB/RS e algumas pequenas representações de outros Estados que se agregaram a nova organização.

A ORM-POLOP era anterior ao golpe cívico-militar de 1964. Seu Congresso de fundação ocorreu no início de 1961, em Jundiá (SP) por pequenos grupos oriundos da juventude do PSB do Rio de Janeiro, de jovens trabalhistas de Minas Gerais e de intelectuais e professores de São Paulo. O que os unia era uma visão crítica dos rumos assumidos pela esquerda predominante na época: O Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Ação Popular (AP), esta de origem

RAUL PONT é historiador, professor universitário (Unisinos/RS), foi deputado estadual, federal e prefeito de Porto Alegre (PT/RS). Militou na Dissidência/RS e no POC

cristã reformista e com forte penetração na juventude, em especial no movimento estudantil e na direção da UNE.

O ano de 1961 foi marcado por acontecimentos que prenunciavam a tendência golpista e antidemocrática da direita brasileira. Diante da renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto, houve uma forte mobilização nas Forças Armadas e no Congresso para impedir a posse de João Goulart (PTB), vice-presidente eleito apesar de ser companheiro de chapa do Mal. Lott que perdera a eleição para Jânio Quadros. Pela legislação em vigor presidente e vice eram votados separadamente e a dupla Jânio-Jango foi a mais votada, na eleição presidencial de 1960.

A tentativa golpista foi frustrada pela resistência oposta pelo governador Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul, que chamou uma campanha cívica em defesa da Constituição. O Movimento pela Legalidade adquiriu força no Estado, acabou cindindo o Exército, cujo comando no Sul aderiu a defesa da Constituição e da posse de Goulart.

Antes do movimento se espriar para outros Estados, o Congresso recuou e construiu uma saída de compromisso. Goulart assumiria, mas o regime seria parlamentarista, retirando poderes do Presidente.

Apesar da evidente manobra golpista, o governo Goulart (PTB) assume e defende a retomada do projeto trabalhista de Vargas e o sintetiza nas ‘reformas de base” que o país deveria trilhar.

Isso fortalece a tese de uma aliança de classes defendida pelo PCB. Goulart retoma bandeiras reformistas do trabalhismo e com isso atrai o PCB, o PSB e amplos setores do movimento sindical e estudantil para a tese de que estaríamos vivendo a possibilidade de uma revolução política de caráter democrático-burguesa anti-imperialista e anti-oligarquia fundiária que se constituíam num obstáculo ao desenvolvimento.

Contra essa visão etapista e de conciliação com setores da burguesia brasileira apontados como anti-imperialistas e,

também, a tese do caráter arcaico e “feudal” do mundo rural brasileiro é que a ORM-POLOP vai combater e apresentar uma nova concepção estratégica sobre o caráter da revolução brasileira.

Para a nova organização, a política de aliança de classes respondia mais a subordinação do PCB à orientação da URSS e a “coexistência pacífica” determinada pela Guerra Fria do que a realidade histórica específica da formação social brasileira.

A produção agro-exportadora mercantil e os sólidos laços da burguesia agrária com o comércio, os bancos e os transportes que acompanharam a urbanização apontavam muito mais para uma sociedade nitidamente capitalista. Portanto, qualquer processo revolucionário futuro deveria ter um caráter socialista e não de uma etapa democrática burguesa e antiimperialista.

Se isso estava certo, as tarefas decorrentes também eram cristalinas. A organização dos trabalhadores, da classe operária e dos assalariados que cresciam com a urbanização e a substituição das exportações seria a coluna vertebral para a estratégia apontada.

A construção de um Partido classista, com independência programática e ideológica colocava-se como a grande tarefa para a organização político partidária que surgia.

Outro aspecto importante no momento da fundação: já há uma crítica ao processo de burocratização vivido no leste europeu. É claro que a denúncia do stalinismo e seus crimes já havia sido feita, publicamente, no XX Congresso do PCUS, mas estamos ainda em 1961 e esse não era o tema dominante no campo da esquerda brasileira. O culto ao Partido e o símbolo da URSS eram ainda muito fortes. A formação do PCdoB nesse período, por exemplo, e sua posterior adesão ao maoísmo não foi marcada por uma crítica ao stalinismo.

Não há, portanto, exagero quando o historiador Aarão Reis Jr. (Aarão Reis Jr., 1985) aponta que o surgimento

da ORM-DS e outras dissidências dos PCs que irão surgir nos anos seguintes como uma ruptura, como o nascimento de uma “nova esquerda” no Brasil.

Não bastava, no entanto, ter um outro olhar, uma outra perspectiva para a esquerda brasileira a partir de uma releitura do país, de sua história e formação social. Um pequeno grupo político e uma pouca inserção social não fazem milagres. A isso se agregava uma conjuntura extremamente dinâmica, acelerada e contraditória.

Em 1963, o presidente Goulart recuperou, através de plebiscito, os poderes presidenciais plenos. Ao menos, a iniciativa governamental nas mãos do Executivo, apesar da composição do Congresso continuar conservadora e contrária a reformas mais radicais. Caminhava-se para novos confrontos.

A ORM-POLOP por sua origem heterogênea e pouca implantação social tinha muita dificuldade em incidir com peso e diretamente nos acontecimentos, por isso seus textos da época tem um forte caráter doutrinário, propagandístico. Fazem mais a propaganda de uma estratégia distinta daquela dominante na esquerda e no governo do que a ação direta nos movimentos sociais.

Romper com a hegemonia do nacional-populismo trabalhista e da esquerda tradicional, o PCB, exigia uma sustentação teórica no campo da esquerda internacional que por sua vez também não existia. Nessa época, o PC no Brasil vive sua primeira cisão importante no pós guerra. A velha tradição centralista e autoritária resolve o problema pela expulsão da minoria. A denúncia do stalinismo e a tendência a burocratização da URSS não foi a principal divergência. Esta deu-se em torno da troca do nome do Partido e do controle de sua direção. O PC buscava sua legalização, já sofrera o golpe em 1947 com a perda dos mandatos dos deputados e senador eleitos e o nome “do Brasil” era sempre um argumento da direita e da Justiça para interpretar que isso o transformava numa seção de uma perigosa “internacional comunista”.

A minoria resolve manter a denominação histórica: PC do B. Mas, faz a defesa também do stalinismo e do que significava isso para o leste europeu. Em breve, o PC do B assume um vínculo internacional com o maoísmo que vai perdurar por vários anos. A crítica a “via pacífica” e reformista da maioria não era suficiente para romper com a burocratização e o stalinismo, muito menos com a visão maoísta da tese da “guerra prolongada” como estratégia para o Brasil.

No caso da ORM-POLOP, a crítica ao stalinismo e a política defendida pelo PCB no Brasil tinha como fundamentação as posições da corrente Oposição Comunista Alemã, que se opunha a maioria do Partido Comunista Alemão e ao stalinismo. Um dos principais dirigentes e fundador da ORM, Érico Sachs, mantivera contato direto com um dos principais dirigentes e teóricos da Oposição Comunista, August Thalheimer.

Érico Sachs, austríaco de nascimento, viveu um período na União Soviética como estudante exilado nos anos 30 e posteriormente na Alemanha, antes de emigrar para o Brasil, onde trabalhou como gráfico, jornalista e tradutor em uma das grandes editoras do país.

Suas relações com o Partido Obrero de Unificação Marxista (POUM) da Catalunha e com a Oposição Alemã influenciaram, certamente, suas posições anti-stalinistas mas sem aderir ao trotskismo, corrente mais crítica e opositora da hegemonia de Stalin e da URSS no seio do movimento comunista internacional.

Essa independência crítica a um alinhamento com as principais correntes do pensamento foi uma marca da ORM-POLOP ao longo de sua existência e de sua singularidade na esquerda brasileira. Foi também uma de suas debilidades teóricas, em especial, na compreensão da luta democrática e da questão nacional na luta dos socialistas.

A caracterização do subdesenvolvimento como um fenômeno distinto do não-desenvolvimento, mas fruto de

uma relação de dependência, de subordinação ao imperialismo e a tese da “cooperação antagônica” das burguesias de origem colonial e/ou periféricas com os centros do capitalismo mundial eram os fundamentos para a crítica a visão etapista. As burguesias dos países periféricos seriam incapazes de romper essa lógica, portanto, o caráter da revolução e as tarefas de organização política apontavam para uma transformação socialista.

Outra formulação básica da ORM-POLOP era a defesa da Frente de Esquerda Revolucionária (FER) onde fazia-se o chamamento à unidade com outras forças e partidos que se reivindicassem do socialismo para a ação comum, sem alianças ou subordinação a frações da burguesia. Não era uma questão formal, determinada pela condição de pequena força, mas uma alternativa crítica ao hegemonismo decorrente da concepção de Partido “único” da classe trabalhadora dos PCs.

O grande mérito da ORM-POLOP foi ter formulado essa contribuição antes do golpe cívico-militar de 1964. Neste, o comportamento da classe dominante, diante de um governo nacional-populista que propunha um conjunto de “reformas de base” visando modernizar e fortalecer o capitalismo brasileiro, não deixou dúvidas. Perfilou-se em bloco na defesa de um golpe que chegou a ter apelo popular pelo papel da mídia e da Igreja que não pouparam adjetivos numa pregação anti-comunista falsa e intolerante baseada na Guerra Fria e nos milhões de dólares que a CIA, os golpistas nacionais e os organismos de difusão ideológica como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES) e as federações empresariais financiaram a favor do golpe cívico-militar.

A cúpula da Igreja Católica, conservadora e anti-comunista, teve um importante papel de organizadora e mobilizadora de setores da classe média que nas grandes capitais realizaram as marchas na defesa de Deus, Pátria e Família.

Essas marchas dirigiam-se abertamente contra o governo e o temor do fantasma do comunismo alardeado desde a II Guerra Mundial e da Guerra da Coréia.

No período anterior ao golpe de 64, a ORM-POLOP realizou ainda dois Congressos. O II Congresso, em São Paulo, em 1963 aprovou entre outras resoluções as “Diretrizes para uma política operária” onde havia uma reafirmação da necessidade de uma organização independente dos trabalhadores, a denúncia da política de colaboração de classe “defendida pelos reformistas e nacionalistas” que mantinha os trabalhadores “atrelados ao carro da burguesia”.

A defesa das “comissões de empresa”, da organização na base, constituía-se noutra política defendida pela ORM para combater o sindicalismo atrelado ao Estado capitalista e responsável pela existência de direções sindicais pelegas.

O texto chamava a atenção de que o Partido revolucionário ainda não estava construído. “Esse partido não surgirá de vez, mas se formará organizadamente a partir da luta diária das massas, no entrechoque das grandes e pequenas batalhas que o proletariado trava contra a exploração de que é vítima” (CVM, 2009).

As Diretrizes para uma política operária apontavam também a supremacia da burguesia paulista no conjunto da classe dominante e as dificuldades desses rearranjos com outros setores dominantes e os estrangulamentos vividos pelo esgotamento da dinâmica capitalista e a inflação no caso do Brasil.

A crise da renúncia de Jânio Quadros e o acirramento da crise política faziam emergir novos atores sociais, as massas urbanas. O texto aponta que o compromisso alcançado com o parlamentarismo imposto a João Goulart foi a forma de voltar a certa estabilidade. Alertava, no entanto, que a radicalização popular e o exemplo que vinha de Cuba estimulavam “tendências aventureiras” em amplos setores da esquerda que secundarizavam tarefas prioritárias da organização das massas que a conjuntura exigia.

40. *Tasks of Revolutionary Army Contingents*, 1962, vol. 9, p. 424.

A ORM-POLOP, apesar do aviso, defendia abertamente a Revolução Cubana, sua experiência de luta armada, bem como vai reafirmar a luta de guerrilha, sem abandonar a visão clássica insurrecional e a “ditadura do proletariado” quando no IV Congresso aprova o “Programa Socialista para o Brasil”, em 1967, já em pleno regime cívico-militar ditatorial.

No plano internacional, o documento aponta a “coexistência pacífica” como “válida nas relações entre Estados com sistemas sociais antagônicos, mas não tem lugar nas relações entre classes antagônicas dentro de um sistema social baseado na exploração”.

Os conflitos no campo imperialista são vistos dentro da concepção da “cooperação antagônica” e o nascente Mercado Comum Europeu é apresentado como um dos indicadores dos conflitos internos no interior do sistema capitalista. As regiões periféricas, subdesenvolvidas são vistas como as “zonas de maior exploração” e, portanto, como o “ponto crítico do imperialismo”.

No item sobre movimento operário, a tese reafirma a necessidade da visão classista, da organização independente dos trabalhadores e chama a formação de uma Frente Única dos Trabalhadores da Cidade e do Campo.

A denúncia do sindicalismo atrelado ao Estado, da legislação que vinha do Estado Novo e a conciliação com isso por parte das direções sindicais reformistas e pelegas ocupa a maior parte do item. Junto com a luta contra a carestia e a inflação como instrumento de permanente exploração e perda do poder aquisitivo (escala móvel de salários, salário profissional e abono familiar), a tese propõe também bandeiras anti-imperialistas como o bloqueio de remessa de lucros, royalties e capitais para fora do país e a encampação sem indenização das empresas imperialistas. Por fim, junto com um radical programa agrário (tomada de terras, direito de sindicalização e organização dos trabalhadores do campo, desapropriação por interesse social), a proposta faz um forte

chamamento ao apoio e solidariedade a Revolução Cubana como “um dos fatores mais poderosos para a formação de um proletariado independente” (CVM – 2009).

A ORM-POLOP ainda fará mais um Congresso, o III, em São Paulo, no início de 1964, quase paralelo ao golpe de 1º de abril. O caráter ditatorial e altamente repressivo do golpe determinou uma rápida quebra da semiclandestinidadade que a esquerda vivia no governo de João Goulart.

Os maiores partidos, o movimento sindical, as Universidades, as próprias Forças Armadas, onde existiam organizações de cabos e soldados, de sargentos e suboficiais identificados com as reformas que o Trabalhismo vinha implementando, foram os mais atingidos. Milhares de prisões, cassações, expurgos e demissões atingiram a esquerda e o campo popular. Sindicatos sob controle policial, professores e funcionários expurgados da Universidade e das escolas, em 1965 o regime vai mais longe e extingue os Partidos Políticos, subordinando-os a aceitarem a Arena e o MDB como partidos consentidos e que serviriam para legitimar o Parlamento e o regime Cívico-militar golpista.

A ditadura levou a um retorno à clandestinidade do conjunto da esquerda no país e as dificuldades decorrentes disso para o trabalho político de massas e para os contatos dentro e entre as organizações que atuavam no campo da esquerda. O fechamento dos partidos e as primeiras levas de expurgos, cassações, exílio e prisões foi deslocando a resistência popular ao golpe ao meio estudantil e aos grupos organizados na clandestinidade.

A ditadura extingue a UNE e as UEEs e no início de 1967 chegou a proibir as eleições diretas para os DCEs, que o regime criara para substituir as Federações estudantis que existiam em cada Universidade. Apesar disso, a UNE realiza seus Congressos em 1966 e em 1967. Este último em um convento na cidade de Valinhos, próximo a Campinas.

A corrente mais forte no movimento era a Ação Popular (AP) de origem cristã. Com o golpe diminui a disputa entre as correntes pela hegemonia e o conjunto unifica-se contra o regime militar e suas propostas para a Universidade. A UNE aprova o Movimento Contra a Ditadura (MCD) que politizava as reivindicações e lutas específicas estudantis contra o regime.

O movimento estudantil transforma-se num dos principais canais de contato, difusão e debate do que ocorria na esquerda em cada Estado. O Congresso clandestino da UNE em Valinhos (SP), em 1967, foi um exemplo disso. Os debates foram dominados pelo caráter do golpe, do comportamento dos partidos e classes sociais frente a ele, das novas leituras sobre a formação histórica do Brasil e de uma crítica a visão gradualista, etapista que os PCs tradicionais mantinham.

Além disso, circulavam no meio estudantil as teses do livro “Revolução na Revolução” do francês Régis Debray sobre a Revolução Cubana e a experiência da guerrilha como um caminho para a América Latina.

A hegemonia da AP foi contestada e a chapa organizada pelas dissidências do PCB, Ala Vermelha do PCdoB e a ORM-POLOP constituíram maioria na direção da UNE. Na votação da presidência, a AP manteve uma apertada maioria elegendo Luis Travassos.

O congresso em Valinhos foi uma vitória do movimento estudantil. Apesar de mais de duzentos delegados, o local não foi alcançado pelo polícia política e não houve prisões como ocorreu em Ibiúna no ano seguinte.

O fato revelava a crise do PC no movimento, o surgimento de dissidências e novos grupos mas, também, a possibilidade da ORM-POLOP ser um aglutinador dessa tendência pois era o grupo com maior formulação teórico programática. A UNE não era o conjunto da esquerda, mas ali reunia-se uma vanguarda e o debate realizado expressava uma tendência que percorria uma nova esquerda no país.

Nesse mesmo ano, 1967, a ORM-POLOP realiza seu IV congresso, onde é aprovado o Programa Socialista para o Brasil, documento que melhor sintetiza e formula o projeto iniciado em 1961.

A possibilidade, a potencialidade de ser o elo entre as cisões que ocorriam e de novos grupos que surgiam era real mas não uma decorrência direta e automática.

No próprio IV Congresso da ORM expressam-se divergências que determinam a saída de vários militantes, principalmente em torno da questão da luta armada na resistência a ditadura cívico-militar de 1964.

As principais cisões ocorrem em Minas Gerais e em São Paulo e darão origem a outros grupos como o Comando de Libertação Nacional (COLINA) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Outro obstáculo que irá aparecer nessa relação com grupos que rompiam com a esquerda tradicional era a dificuldade do debate, da absorção de diferenças por trajetórias distintas e pela clandestinidade imposta pela ditadura. O caráter propagandístico doutrinário, do pequeno grupo nascido em 1961, com sólida convicção programática dificultava incorporar ou promover fusões com experiências distintas e a potencialidade unificadora mais ampla foi perdida.

A única que foi adiante, ocorreu com a Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul. Um grupo regional que desde 1966 na preparação do VI Congresso do PCB debatia a formulação de “Teses Revolucionárias” que se contrapunham a visão majoritária no Comitê Central.

A Dissidência atuava, principalmente, no meio universitário e secundarista, em Porto Alegre e algumas cidades como Santa Maria e Pelotas em função das universidades federais.

As razões que determinaram o surgimento da Dissidência/RS eram semelhantes a outros processos de ruptura que ocorriam no país em relação aos partidos ou movimentos tradicionais. A enorme influência da Revolução Cubana

e a vitória do Movimento 26 de Julho a partir da guerrilha iniciada em Sierra Maestra foi uma das mais importantes. Cuba era a afirmação na prática de que a tomada do poder era possível sem alianças com setores burgueses ou via etapas democrático-burguesas como pregavam os PCs tradicionais.

No Brasil, o debate aberto sobre a formação social do país era outro elemento forte no questionamento das teses oficiais dos PCs. A obra de Caio Prado Jr., “A Revolução Brasileira” criticava com forte argumentação as teses de que o campo brasileiro teria características feudais e anacrônicas e conflitos com o burguesia urbana e industrial. Os textos de Gunder Frank e Ruy Mauro Marini sobre a dependência e o subdesenvolvimento, assim como as críticas ao populismo por dificultar a organização autônoma dos trabalhadores dominavam os debates na esquerda universitária.

Esse fenômeno não ocorria só no Brasil. Na França, na Itália, no México, na Argentina e em vários outros países, movimentos de rebeldia juvenil, das manifestações pela paz e contra a guerra do Vietnam, fenômenos musicais como os Beatles e as multidões que mobilizavam por onde passavam com mensagens de paz, contra a guerra, pela liberdade e diversidade comportamentais criavam um caldo de cultura de rebeldia e transformações. Tudo era o oposto do clima repressivo, obscurantista e autoritário que se vivia nas escolas, universidades e no país.

O filtro das comunicações de uma imprensa que já caminhava para a monopolização não era suficiente para impedir que tivéssemos acesso ao que ocorria na Argélia, no Vietnam, nas lutas de libertação nacional na África, nos acontecimentos anti-burocráticos no leste europeu e na crescente crítica a herança stalinista.

A insuficiente explicação contra o golpe de 64, a manutenção de uma política de alianças com setores burgueses em 1966 e a ausência de democracia interna no Partido foram a gota d’água para transbordar a insatisfação da juven-

tude. Quando chegou a orientação de voltar a disputar eleições em 66, através de candidatos do recém criado MDB e não travar a disputa ideológica e programática contra a ditadura e o capitalismo brasileiro, nem tomar as medidas para a organização independente dos trabalhadores, tornou-se imperiosa a ruptura com o PCB. Essas cisões ocorreram também no PC do B, através da Ala Vermelha, na AP com uma corrente marxista e as várias cisões no PCB, com o PCBR e as Dissidências na Guanabara, no RJ e em SP.

A grande maioria dos universitários e secundaristas que militavam no PCB aderiram a Dissidência/RS e o grupo passou a ter vida orgânica própria, buscando estender a proposta para outros setores do Partido.

A elaboração das “Teses Revolucionárias” teve uma forte contribuição de companheiros da ORM-POLOP que chegou a deslocar quadros para Porto Alegre visando acompanhar o debate e a nova organização.

A Dissidência no RS não tinha uma formulação teórica sistematizada como a ORM-POLOP mas possuía uma experiência de trabalho de base nas Universidades e nas escolas e uma implantação em várias unidades acadêmicas que a ORM-POLOP não possuía em outras capitais.

A possível extensão da Dissidência em outras frentes foi dificultada pelo isolamento das cisões regionais, pelo processo de organização do PCBR onde figuras como Jacob Gorender, Mario Alves e Apolônio de Carvalho tinham maior expressão no Partido. Mesmo assim, foi possível abrir contatos nas áreas sindicais de bancários, jornalistas, eletricitários, telefônicos e outras categorias.

O Congresso de fusão com a ORM-POLOP ocorreu em abril de 1968, em São Paulo, com a formação do Partido Operário Comunista (POC). No processo aberto pelo IV Congresso da ORM-POLOP, no ano anterior, a organização sofrera cisões em Mias Gerais e São Paulo, mas mantinha a maior parte dos quadros históricos de sua origem.

O documento básico do novo Partido era o “Programa Socialista para o Brasil” que vinha do IV Congresso da ORM-POLOP e se constituía na formulação síntese da trajetória da ORM-POLOP e das “Teses Revolucionárias” da Dissidência gaúcha. A preocupação com a formação política e com a produção teórica para a ação militante levou o POC a ter uma revista chamada “Marxismo Militante” cujo primeiro número saiu logo após a fundação. A revista serviria também como espaço de unificação dos marxistas leninistas.

As “Teses” também se fundamentavam na identificação do Brasil como um país subdesenvolvido mas cuja formação social e comportamento de suas classes dominantes era essencialmente capitalista. O caráter mercantil da produção agro-exportadora colonial, o trabalho escravo e a ausência de conflito de classe dessa produção rural com o processo de industrialização, das cidades comerciais e dos bancos, dos transportes ferroviários, etc... apontavam para a integração de interesses de classe capitalistas. Negavam, pois, as teses da aliança de classes, de uma etapa de desenvolvimento capitalista urbano, industrial em conflito com um campo arcaico, “de origem feudal”, atrasado e obstáculo ao pleno desenvolvimento capitalista.

Nossa identidade estava arraigada, como da ORM-POLOP, que a primeira e maior tarefa era a construção de um partido classista, ideologicamente independente e com um programa que se adequasse àquele momento e às relações de forças existentes.

Outra contribuição política da Dissidência/RS era a inserção no movimento estudantil com presença em vários centros acadêmicos e com atuação direta nas lutas e reivindicações estudantis por mais verbas para a Universidade, as campanhas pela ampliação das vagas na universidade pública. Até esse momento, os vestibulares eram de habilitação e não classificatórios e a figura do aluno “excedente”, ou seja, habilitado no vestibular mas sem vaga, propiciava acampa-

mentos, reivindicações massivas nas faculdades, participação das famílias na conquista da vaga alcançada.

Os centros acadêmicos desenvolviam atividades de esporte, lazer e de cultura com bailes, festivais musicais, campeonatos universitários que tornavam as entidades estudantis numa referência forte para os estudantes que lutavam também pela moradia estudantil e os restaurantes universitários a preços subsidiados. Todas essas reivindicações tinham um potencial organizativo e de politização efetivos.

Os contatos e o acompanhamento dos acontecimentos estudantis em países europeus despertavam para outras manifestações e lutas como os grandes movimentos contra a Guerra no Vietnã, a defesa dos povos coloniais oprimidos, a crescente luta anti-racista nos Estados Unidos, as manifestações de libertação das mulheres da cultura patriarcal e conservadora predominante eram temas que despertavam a participação política da juventude.

Aqueles que conseguiam bolsas ou períodos de estudo em pós-graduação na Europa voltavam animados com os acontecimentos na França, na Itália, na Alemanha. A crítica ao stalinismo e a burocracia dos PCs, a solidariedade à luta da Argélia e dos povos coloniais africanos, a “revolução cultural” na China e as cisões nos partidos tradicionais alimentavam nossos debates e a busca de novos caminhos para a esquerda. No Brasil, a escalada repressiva da ditadura também nos obrigava a novas frentes de luta e novas formas de enfrenta-la.

Se nos primeiros anos pós 64 amplos setores da classe média vieram as ruas com os estudantes, a partir de 68 a repressão e também o início do “milagre econômico” – que aumentava consideravelmente a demanda dos egressos da Universidade – foi tornando mais difícil mobilizar para inevitáveis confrontos com as PMs nas ruas. O Movimento Contra a Ditadura (MCD) e as denúncias dos acordos MEC-USAID não eram suficientes para manter a mobilização.

Foi nessa conjuntura que a Dissidência/RS e a partir de 1968, o POC, buscou levar o conflito também para dentro da Universidade e da sala de aula naquilo que é a essência de seu papel reprodutor da ideologia dominante. Ou seja, fazer a disputa ideológica no campo das ideias e dos valores burgueses que a Escola reproduz, na forma autoritária e repressiva que a ditadura a transformava expurgando até mesmo seus setores liberais. Víamos que era possível fazer a luta por reivindicações mais imediatas e materiais (vagas, verbas, refeitórios, etc...) mas que se impunha também a luta ideológica no interior da própria instituição e dos conteúdos teóricos e ideológicos que ela reproduzia.

Para isso, formamos uma corrente estudantil chamada Movimento Universidade Crítica (MUC), uma tendência mais ampla e aberta dos que os organismos celulares que a repressão nos obrigava a manter por necessidade de segurança e sobrevivência. Com esse movimento era possível organizar e ampliar nossas forças na disputa das entidades estudantis. A partir de 1967, a ditadura proibiu eleições diretas até em Diretórios Centrais de Estudantes.

Nossa resposta foi organizar DCE-Livres eleitos diretamente pelos estudantes em pleitos proibidos pelas reitorias e polícia política. A UNE e as UEEs estavam proscritas e sobreviviam na clandestinidade, como comentamos sobre o Congresso de Valinhos, em 1967. No ano seguinte, o Congresso da UNE em Ibiúna (SP) não concluiu. O local foi cercado pela PM de São Paulo e mais de 800 dirigentes estudantis foram presos no Presídio Tiradentes e os principais dirigentes encaminhados ao DEOPS, como Luis Travassos, José Dirceu, Wladimir Palmeira, onde permaneceram presos até o sequestro do embaixador dos EEUU, trocado por 15 presos políticos, em 1969.

Ainda em 1968, no episódio de recusa da Câmara Federal em punir o deputado Márcio Moreira Alves por pronunciamento contra o governo, o Congresso Nacional foi

fechado e no 13 de dezembro de 1968, a ditadura editava o Ato Institucional nº 5 que acabava com o que restava em prerrogativas e direitos constitucionais. Começava o império da prisão preventiva sem flagrante delito ou mandado judicial. A arbitrariedade das prisões e o uso da tortura nos interrogatórios passam a ser a regra geral da repressão.

A mudança de qualidade na repressão política não foi plenamente compreendida naquele momento. No calor dos acontecimentos, continuávamos atuando sem a dimensão da gravidade do “golpe dentro do golpe” que significou o AI nº 5. Mais cautela e rigor nas regras da clandestinidade foram adotadas mas como havia algum espaço para o trabalho político continuamos atuando na resistência à ditadura e na ampliação de novos militantes. A criação de novos organismos repressivos sob comando direto das Forças Armadas e que atuavam à margem da lei e dos processos legais criou uma nova realidade. Essas estruturas organizadas nas capitais, das quais a Operação Bandeirante (OBAN) em São Paulo foi a mais conhecida, comandadas por oficiais, majores ou coronéis eram ilegais e irregulares e vedadas aos familiares e advogados dos presos. Estes eram mantidos com codinomes para dificultar a identificação até o momento em que eram transferidos e legalizados nas dependências dos DOPS/SSP ou para algum presídio. A cumplicidade da mídia e do judiciário com esse arbítrio foi a regra nessas instituições. Principalmente nos casos de morte na tortura, em enfrentamentos e com os “desaparecidos”.

Instalou-se um clima de terror pois bastava, por suspeita, ser preso por um desses órgãos, para sofrer tortura ou justificar a perda de emprego nas empresas e, inclusive, de concursados em serviços públicos ou empresas públicas, sem nenhum direito de apelação mesmo quando as suspeitas não eram confirmadas. As prisões arbitrárias iniciadas em 1969, obrigavam a deslocamentos e mudanças de militantes para outros Estados, com todas as implicações daí

decorrentes. Necessidade de sobrevivência, moradia, novos empregos, implantação social mínima, onde por maior que fosse a solidariedade e companheirismo era muito difícil sobreviver e dedicar tempo para a militância.

Os anos de 1970 e 71 foram duríssimos e as opções de apenas sobreviver sem militância e sem exposição públicas ou sair para o exílio eram quase imperativas. Apesar do POC ter reafirmado em seu programa de fundação a validade de uma estratégia de guerrilha, sem abandonar o papel dos trabalhadores e dos grandes centros urbanos na via insurrecional, não havia uma concepção de predominância, de oportunidade imediata dessa tese na conjuntura que vivíamos. Esta era de sobrevivência, formação de quadros, acumulação política.

A radicalização política com a organização de vários grupos que priorizavam a estratégia armada (VPR, ALN, VAR, etc...), a ausência de perspectiva de um espaço democrático no médio prazo e a necessidade de recursos para a resistência colocaram o debate sobre ações armadas na direção do POC. As condições de segmentação para autoproteção que eram adotadas tornavam o conhecimento de propostas e seu debate cada vez mais difíceis de serem acompanhados pelo conjunto dos militantes.

Cada prisão de algum companheiro ou companheira de direção ou coordenação ou a falta em dois ou três encontros predeterminados já obrigavam mudança de moradia e conseqüente perda de implantação social e até de mudança de emprego. O debate sobre nos prepararmos e realizarmos ações armadas, portanto, ficou restrito a direção partidária e a direção estadual em São Paulo. Antes da discussão percorrer o conjunto do Partido, ainda no primeiro semestre de 1970, a cisão na direção levou a ruptura no Partido. A maioria dos antigos dirigentes da ORM-Polop reorganizou-se com o nome de Organização de Combate Marxista-Leninista-Política Operária (OCML-Polop) tendo a frente

o antigo dirigente Ernesto Martins (Érico Sachs) e outros quadros da antiga ORM-Polop, em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

O POC foi mantido a partir das seções de SP e RS, mas a divisão enfraquecia ambos e tornava mais difícil a sobrevivência da organização. Em 1971, quando aumentaram as prisões em SP e no RS, o exílio passou a ser a saída mais viável para um processo de reorganização. Vários companheiros e companheiras deslocaram-se para o Chile onde a vitória de Salvador Allende acendia uma grande esperança de construção de uma sociedade socialista no Cone Sul.

A maior parte da direção do POC fez a trajetória do exílio. Primeiro para o Chile, logo depois para a França e o retorno ao Chile e a Argentina para retomar a militância no Cone Sul. Uma parte desses companheiros permaneceu no Chile e inclusive passou a militar organicamente no Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR). Na França, o grupo exilado em Paris, passou a ter uma relação orgânica com a Liga Comunista Revolucionária, cuja origem também tinha raízes na juventude do PC francês e que crescera a partir dos acontecimentos do Maio de 1968 e se transformara na LCR, seção francesa da IV Internacional, Secretariado Unificado.

No Brasil, a maioria da militância foi presa ao longo de 1971, os que não sofreram prisão ou processo permaneceram em seus espaços de trabalho, de vida familiar, sem uma militância visível, mas sobrevivendo nas relações pessoais e de solidariedade com os mais atingidos pela repressão.

As relações dos exilados com a LCR não foram compartilhadas pelos que estavam no Brasil, mas pelos contatos e conhecimento das experiências do Maio de 68, pela leitura das obras de Ernest Mandel e pela leitura (inclusive na prisão) das obras de Trotsky sobre 1905, sobre a Teoria da Revolução Permanente, sobre a crítica ao stalinismo, sobre os problemas da transição ao socialismo, víamos com sim-

patia essa relação com a LCR, ainda que não compartilhada de forma orgânica.

A partir de 1973 e 74, com a libertação dos presos políticos nos vários processos instalados nos Estados, voltamos a recuperar contatos e consolidar as relações feitas com companheiros e companheiras de outros grupos, no período de cárcere. No Rio Grande do Sul, em novembro de 72, no julgamento na Auditoria Militar do processo do POC, a maioria foi absolvida por falta de provas e os que se encontravam presos, condenados a penas menores do que a preventiva em que se encontravam.

O golpe militar no Chile, em 1973, derrubando e assassinando o presidente Allende criou novas dificuldades e uma nova onda de exílios para a Europa, para Cuba, México e países africanos. No Brasil, apesar da derrota eleitoral da Arena para o MDB em 1974 inaugurando uma nova conjuntura no país, a ditadura e seus principais instrumentos de repressão continuavam atuantes. A mudança eleitoral, no mínimo, acendeu a luta pela anistia e a abertura de espaços na política institucional.

Na Argentina, o grupo que voltara da França, por uma concepção predominante na época, no Secretariado Unificado da IV Internacional, ingressou no Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), cuja maior expressão pública era Mario Santucho. O país vivia uma crise política profunda. A volta e a vitória eleitoral de Perón criava expectativas de grandes transformações que o peronismo não conseguiria realizar. Perón, mais uma vez, equilibrava-se numa força política com profundo enraizamento social mas que ia desde os Montoneros até uma direita mafiosa encastelada nos aparatos do Estado e do sindicalismo oficial.

O PRT buscava apresentar-se como uma alternativa ao tradicional jogo eleitoral burguês e a possibilidade de um novo golpe militar que se vislumbrava diante da crise do peronismo. Junto ao Partido, construía o Exército Revolucio-

nário do Povo (ERP), como elemento catalizador da radicalização da luta no campo no norte argentino e das ações armadas de propaganda na cidade.

A maciça votação que Perón recebera havia sido um sinal importante sobre a crença nas instituições eleitorais do povo argentino e uma dúvida sobre a possibilidade de acerto da estratégia do PRT. Sua morte em pleno mandato vai agudizar a crise política e a solução de mais um golpe militar foi a saída encontrada pela classe dominante e o imperialismo para o país.

O que vimos nos anos seguintes foi um dos grandes genocídios praticados no país vizinho. Estima-se que mais de 30 mil homens e mulheres, a vanguarda de uma geração inteira foi morta, desaparecida e exilada numa das mais sangrentas ditaduras da América Latina. Ainda em 1973, os brasileiros e um grupo de argentinos afastaram-se do

PRT e organizaram a Fração Vermelha (Fración Roja) que teve curta duração até 1975. Mantiveram um trabalho político editando a revista Quarta Internacional e publicaram livros (Cuadernos Rojos).

Os brasileiros da Fração Vermelha, detidos pouco antes do golpe, após um longo período de prisão, voltaram ao exílio na Europa até o início da anistia e da abertura política no Brasil.

Os companheiros e companheiras que estavam no Chile também foram exilados para a Europa e países africanos e da mesma forma iniciaram seus retornos com a anistia e a reorganização partidária no Brasil do final dos anos 70.

Após o período de prisões, o trabalho coletivo foi retomado por um pequeno grupo disposto a manter a experiência vivida e continua-la. Razões não faltavam, a ditadura permanecia, sofria suas primeiras derrotas e na juventude, em especial na Universidade, uma nova geração – pois o ciclo acadêmico é curto – retomava as entidades estudantis, enfrentava

problemas semelhantes aos dos anos 60 e estava ansiosa por entender e retomar o fio das lutas sociais mais amplas.

O período de cárcere amadurecera o debate, a crítica e a autocrítica necessárias sobre o período anterior. As novas referências teóricas adquiridas, a necessidade de avaliar criticamente, o vanguardismo e o doutrinário da experiência do final dos anos 60, nos permitiam compreender melhor por onde passava o enfrentamento com a ditadura e como recuperar bases sociais de apoio.

Foram anos ainda de isolamento e resistência mas com uma visão otimista no horizonte pois a juventude mexia-se, retomavam-se algumas direções sindicais e milhões votaram contra o governo em 1974. O espaço político a ser ocupado era imenso.

Retomou-se a organização de correntes de opinião na Universidade. No caso do RS, abria-se um espaço de trabalho no interior do MDB através de sua juventude e do Instituto de Estudos do Partido.

Aos poucos fomos retomando contatos em outros Estados, em especial SP, onde alguns companheiros que estavam fora voltaram para retomar uma implantação na capital paulista.

Via a Universidade identificamos uma grande identidade programática e de referenciais teóricos com outra corrente estudantil em Belo Horizonte e Campinas, cuja proximidade vai nos unir num enorme desafio: junto com outros grupos regionais assumir um projeto editorial, um periódico nacional, “alternativo” como se identificava na época, na esteira aberta pós 1972 pelos jornais “Opinião” e “Movimento”. A ideia não era repeti-los, mas oferecer outra leitura, outra perspectiva, isto é, retomar a questão socialista e defender um ponto de vista classista e independente, um jornal que expressasse a luta dos trabalhadores e trabalhadoras. Surgia o periódico “Em Tempo”, em 1978, que logo nos primeiros números enfrentou uma dura crise: apoiar ou

não, editorial e militantemente, a organização de um partido de trabalhadores. Voltamos a uma encruzilhada já vivida. Diante das notícias sobre um “Partido de Trabalhadores” a frente jornalística do

Em Tempo não mantém unidade. A minoria assume o periódico e a adesão editorial ao “Movimento pró PT”. Os coletivos de apoio mútuo, solidariedade e debate na prisão haviam cumprido seu papel militante. Agora, a leitura do velho Programa Socialista de 68 precisava ser feita sob outra ótica, sob uma nova conjuntura. A luta social colocava na ordem do dia uma reorganização partidária. O partido clasista reaparecia agora não como um projeto teórico de um pequeno grupo, mas no bojo das grandes lutas sindicais dos metalúrgicos de São Paulo. O desafio da construção de um Partido de massas estava colocado. Também a insuficiente crítica ao “socialismo realmente existente” e a burocratização stalinista daquele texto era preenchida pela abordagem trotskista e pelas tentativas de superação burocrática pelo debate aberto nos PCs europeus, em especial, o italiano.

Da mesma forma, a visão simplista que percorria o Programa sobre a inevitável estagnação ou incapacidade de crescimento capitalista nos marcos da dependência ou do esgotamento da estrutura agrária, o próprio “milagre brasileiro” do regime militar pusera em xeque.

Ao voltarmos ao Programa Socialista para o Brasil, republicado nesta edição de seus 50 anos como referência histórica, fica evidente sua insuficiência e incapacidade de superar sua concepção estratégica doutrinária e propagandista. Na leitura do texto, ressalta a ausência de uma estratégia democrática para acumular e hegemonizar forças para o combate ao regime ditatorial.

Não seria com doutrinação e vanguardismo, ou, muito menos, com a propaganda da “ditadura do proletariado” que a esquerda iria construir uma alternativa ao regime militar.

Esta estratégia e a questão democrática estavam na ordem do dia. Não havia, porém, na esquerda brasileira um acúmulo teórico e estratégico sobre o tema. Até 1974 havia predominado o voto nulo no campo da esquerda, como denúncia da farsa democrática com um Congresso e partidos consentidos pela ditadura.

Não haviam experiências concretas de democracia participativa ou formas efetivas de participação popular direta na gestão pública. A esquerda brasileira que rompera com a visão de alianças de classe não desenvolvera ainda uma estratégia que mantivesse a independência de classe mas somasse com outros setores na luta contra a ditadura.

A Anistia foi o primeiro passo unitário. A questão da Constituinte já não possuía a mesma unidade e nos anos 80 – já no interior do PT – este tema ainda era polêmico e refletia o caráter doutrinário de parte da esquerda que via a luta democrática subordinada ideologicamente ao projeto burguês.

Encerrava-se um ciclo. Do ponto de vista teórico e orgânico, o ORM-Polop e o POC haviam cumprido um papel nos anos 60 e 70. Atravessamos esta década cindidos e enfraquecidos e, inclusive, superados do ponto de vista da construção orgânica. A conjuntura exigia mais do que pequenos grupos sobreviventes em cidades ou regiões, por mais importante e exitoso que fosse esse trabalho nos limites do regime militar.

As tarefas eram imensas e as possibilidades que se abriam no final dos anos 70 eram igualmente promissoras. Necessitávamos uma experiência partidária do tamanho do país e esta não seria com os pequenos grupos dotados de coesão programática mas insuficientes para as grandes tarefas que se prenunciavam.

E o primeiro grande desafio democrático seria vivido na construção partidária que se aproximava. Como cons-

truí-lo com a concepção que trazíamos sobre o Partido, marcada pela disciplina, pelo centralismo, pela coesão programática e por um longo período de clandestinidade que tudo dificulta e, muita vezes, deforma.

A questão democrática, fundamental para enfrentar o regime, começaria a nos cobrar primeiro a construção de um grande partido com pluralidade, com democracia interna e com respeito a proporcionalidade de sua origem heterogênea.

Essa superação não teve gosto de derrota ou desalento, pois vamos no engajar na mais rica e importante experiência partidária dos trabalhadores.

Por identificação e por consciência histórica, desde o primeiro momento, entendemos que o “Movimento pró PT” lançado pelos principais dirigentes sindicais do país, a partir do ABCD, era a possibilidade concreta de tornar realidade o sonho da “organização independente dos trabalhadores” que propunhamos como tarefa principal na organização do POC em 68.

A anistia, a crise da ditadura, a explosão das lutas sindicais e dos movimentos sociais no campo e na cidade, o direito a organização sindical dos funcionários públicos, a juventude universitária e secundarista, os milhões de assalariados de serviços que a urbanização criara, a volta dos exilados e a reorganização dos partidos, tudo isso, condensou uma das mais importantes conjunturas da história do povo brasileiro.

Não foi por acaso, nem mera coincidência, que a construção do Partido dos Trabalhadores será o reencontro de centenas de companheiros e companheiras que militaram na ORM-Polop e no POC ou suas cisões posteriores e que se engajaram na construção do PT, do seu programa, de suas lutas e de suas representações institucionais.

Começávamos um outro momento da história brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AARÃO REIS FILHO, Daniel e FERREIRA DE SÁ, Jair.
(Organizadores) Imagens da

Revolução, Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 –

1971. Editora Marco Zero. Rio de Janeiro, 1985.

Centro de Estudos Victor Meyer (CVM). Polop – Uma trajetória de luta pela organização

independente da classe operária no Brasil. CVM. Salvador, 2009. __

A mão que planta e prepara o alimento
Cria arte,
Provê o sustento
E reinventa a vida
na contramão da desigualdade.
É certo que é com os pés que se caminha
Mas é de mão com mão
Que tomamos a punho:
Reescrever a história,
linha por linha,
a autonomia
de Nossos tempos,
Nossos corpos,
Nossas terras,
Nossas vidas.
Eu sei que são os pés que caminham
Mas é assim feito cordão,
Mão com mão,
Que a marcha avança
rumo ao dia em que cantaremos
infinitas, todas nós,
em todos os lugares,
a liberdade.

CAMILA
PAULA

POESIA

PELAS MÃOS DAS MULHERES

Camila Paula
é militante
da MMM RN

A *Revista Democracia Socialista* foi produzida em São Paulo, em setembro de 2018.
O texto e os títulos foram compostos em Adobe Garamond Pro sobre papel pólen soft 80 g/m².

Democracia Socialista

TENDÊNCIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

www.democraciasocialista.org.br